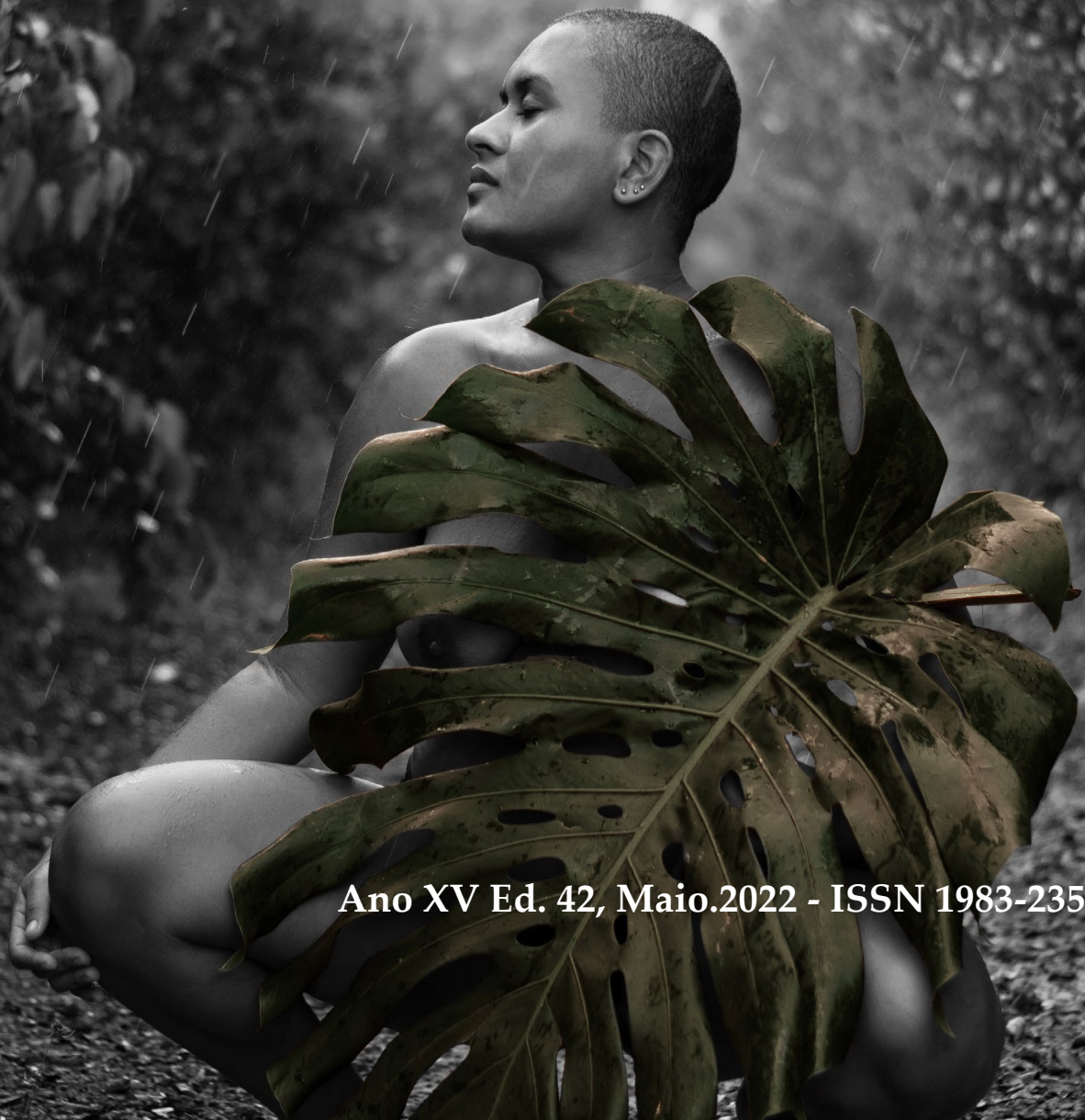


CADERNO INTELLECTUALIDADES
NEGRAS BRASILEIRAS

Edição *Negritar o Saber*



Ano XV Ed. 42, Maio.2022 - ISSN 1983-2354





Revista África e Africanidades, Ano XV Ed. 42, Maio.2022 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

CADERNO INTELECTUALIDADES NEGRAS BRASILEIRAS

Edição *Negritar o Saber*

ISSN: 1983-2354

Revista África e Africanidades, Ano XV Ed. 42, Maio.2022 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br



Revista África e Africanidades, Ano XV Ed. 42, Maio.2022 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

Ficha Técnica

Chefe Editorial

Nágila Oliveira dos Santos

Organizadores

José Sena

Iago Vilaça de Carvalho

Gabriel Delphino

Ivan Gomes

Edwilson da Silva Andrade

Vania Cristina da Silva Rodrigues

Comitê Científico

Edwilson da Silva Andrade

Gabriel Delphino

Ivan Gomes

Iago Vilaça de Carvalho

José Sena

Vania Cristina da Silva Rodrigues

Luana Fontel

Revisão

Iago Vilaça de Carvalho e José Sena

Diagramação

José Sena

Arte da Capa

Kleber Jr.

Revista África e Africanidades, Ano XV Ed. 42, Maio.2022 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

SUMÁRIO

Escurecer o pensamento sob a noite selvagem • 6 – 12

José Sena

Mestra Beth Beli • 13 – 19

“Nós somos um governo à parte”

Carolina Michaela Borges Torelli e Josiane Rodrigues Lima

Joaquim Venâncio Fernandes • 20 – 28

Do apagamento intelectual ao reconhecimento técnico laboratorial em saúde

Anna Carla Alberto-Silva e Bárbara Oliveira de Paulo da Silva

Lélia Gonzalez • 29 - 43

Escritas negras importam: Lélia Gonzalez e o *pretuguês* - uma linguagem subversiva, negra e feminista

Ana Carolina da Silva Borges e Nádia Patrícia Silva Borges

Ironides Rodrigues • 44 - 48

Militante da negritude e do pan-africanismo no século XX

Paulo Melgaço da Silva Junior e Vandelir Camilo

Regina Célia Fernandes Cruz • 53 - 59

A ascensão de uma filha da classe pobre: uma representatividade acadêmica

Robson Borges Rua

Luzia Mota • 60 - 66

Uma intelectual orgânica da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica

Caliane Costa dos Santos da Conceição e Danilo Almeida Souza

Maria Ângela • 67 - 75

Entre cartas, diários e poemas: indícios da trajetória de uma professora afroindígena no sul da Bahia

Fabília dos Santos Dantas e Marcelo Gomes da Silva



Revista África e Africanidades, Ano XV Ed. 42, Maio.2022 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

Revista África e Africanidades, Ano XV Ed. 42, Maio.2022 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

ESCURECER O PENSAMENTO SOB A NOITE SELVAGEM

José Sena



1

6

Iluminado, esclarecido, humano.

Sob o manto branco dessa tríade, há muito somos cegados com a razão eurocentrada que forjou o ocidente e seu outro. Por séculos o mundo foi esclarecido com um monologismo que ao produzir “a verdade” sobre o ser e o saber, engajou como estratégia para tal fim, saquear, explorar, escravizar, violentar e matar *Selvagens* e tudo o que fosse diferente de sua lógica “narcísica”. Sob a luz do ocidente, saberes de Áfricas e Pindoramas foram apagados, destruídos, exotizados. “A verdade do saber” era construída pelas mãos dos que eram considerados humanos, seres que tinham um fenótipo, um gênero, uma sexualidade, uma classe, uma visão de mundo. Na caverna do obscurantismo: *es Selvagens*. Para tais seres, além do fim cruel, o que restaria? Não contava o Ocidente que sob a noite *Selvagem* estrelas enfeitam o céu, há cor e ritmo,

¹ Foto cedida pelo autor.

encantaria, pés virados mundiando caminhos, madrugadas para sonhar. Nem perceberam, eles, que a noite é sentinela do dia. E que as manhãs também são nossas.

Eles nos assustaram.

Mas na noite *Selvagem* nascia futuros, e cada vez mais a profunda compreensão de que a violência contra nossas verdades era a revelação das mentiras contadas por eles. Era sobre eles, não sobre nós. “Que noite mais funda calunga, no porão de um navio negreiro”. Ainda meditamos no fundo dessa noite e sonhamos nas madrugadas para invertamos outros seres-saberes, de preferência muito diferentes dos “humanos”. Na língua dos dicionários dos “humanistas”, sinonima “humano”: “benevolente”, “amável”, “generoso”, “cordial”, “fraternal”, “clemente”, “manso”, “benéfico”, dentre tantos outros sinônimos. Entretanto, o significado prático do humano, examinado sob o escuro saber da noite, revela o efetivo humano, figurado no dicionário, nos seus antônimos “cruel”, “opressor”, “autoritário”, “bárbaro”, “maldoso”, “impiedoso”... e pensar que ainda nos batizaram de selvagens.

Imaginem, então, que só estamos no dicionário! Se formos às bibliotecas e acervos erguidos por séculos sob a universalização de um modelo de humanidade baseada em valores exclusivamente europeus, do esclarecimento perverso, da luz lançada sobre nossas histórias ancestrais, atestamos o silêncio imposto pela brancura. Nossa sorte é ter a escuridão da noite.

Como nos punge a reflexão do nosso mais velho Franz Fanon “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará de sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, o seu mato, mais branco será...” (1952, p. 34). Negritar a linguagem, a história, as instituições, o olhar, o pensar, a imaginação, o fazer. **Escurecer o pensamento para descolonizar** é preciso.

Foi pensando em tudo isso que, coletivamente com tantes outros irmanades neste anseio descolonizador, seguimos movimentando a luta antirracista. Esta terceira edição do Caderno Intelectualidades Negras Brasileiras segue aprofundando a proposta de

escurecer o pensamento sob a noite de uma ancestralidade afro-pindorâmica que celebra a diversidade do ser. *Negritar o saber* é uma edição que evidencia em sete ensaios, a existência de intelectuais de diferentes lugares e tempos do Brasil, que reforçam a diversidade e a força do pensamento negro, em um país escancaradamente racista. Assumir nossa “selvageria” para nos colocarmos muito distantes dessa humanidade perversamente forjada é caminho sagrado pelas mãos da mãe do mato.

Celebrando não apenas esta terceira edição, mas a jovem e importante trajetória deste Caderno, é que seu lançamento será realizado em uma Instituição, como tantas outras do país (Museu Nacional, Museu Paulista, por exemplo), que nasceu dentro de um contexto histórico e de um projeto embaquecedor e colonial de nação, o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Sabemos que o século XIX foi palco fundamental para o reconhecimento da produção intelectual no Brasil. Foi no final desse século que teorias produzidas na Europa, como o evolucionismo cultural, o positivismo e o darwinismo social começaram a ganhar força no país, iluminando seu fazer científico. Para Schwarcz (1993), o surgimento dos chamados museus etnográficos, caso do Museu Paraense Emílio Goeldi, foi determinante na produção do “outro” como categoria antropológica. Na base do que Schwarcz chamou “Era dos Museus”, uma política eugenista, eurocêntrica, iluminada, interessada na produção da “nação”, debatia o branqueamento como estratégia civilizatória da população brasileira, excessivamente escura. O racismo desse período era claro projeto de sociedade. Mais de um século depois, estamos vivos. Seguimos fazendo história e refazendo caminhos, e é desse lugar encruzilhado que vamos tomando de volta o nosso protagonismo, ocupando os espaços que nos foram negados.

Escurecer o Museu é o título do *Café com Ciência* que abre a agenda de maio de 2022. O evento, promovido pelo Centro de Ciências Humanas - CCH e pelo Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural – PPGDS, do Museu Paraense Emílio Goeldi, tem a proposta de falar de ciência e produção de conhecimento para um público

mais diverso, acadêmico e não-acadêmico, e em formato mais despojado, para que as reflexões possam fluir entre palestrantes e público. Nesse sentido, o lançamento da edição *Negritar o saber* se torna de extrema pertinência, quando a proposta desta seção do Café é debater *os impactos e demandas da presença de negros e indígenas nas instituições de ensino e pesquisa*.

Assim, escurecendo a rua, **Mestra Beth Beli** abre esta terceira edição do Caderno, pelo olhar e escrita de Carolina Michaella Borges Torelli e Josiane Rodrigues Lima. Uma das fundadoras do Bloco Afro Ilú Obá De Min - Educação, Cultura e Arte Negra, uma associação paulistana, sem fins lucrativos, Beth tem desenvolvido um trabalho fundamental com mulheres negras, fortalecendo laços com a ancestralidade, assim como, mobilizando uma coletividade afetiva e criativa que resiste a estrutura patriarcal e racista brasileira. A(r)mada de uma flecha só, a filha do caçador nos inspira!

No segundo texto do Caderno, protagoniza **Joaquim Venâncio Fernandes**. De autoria de Anna Alberto-Silva e Bárbara Silva, encontraremos uma importante denúncia sobre o silenciamento de um pesquisador negro, que teve um papel determinante na ciência Zoológica e Botânica no Brasil. Após situar pontualmente o contexto social do técnico de laboratório, as autoras nos conduzem a uma rica reflexão sobre ética e racismo nos espaços de produção de conhecimento. Além de nos presentear com a explanação das contribuições de Joaquim para a ciência, as autoras nos deixam uma excelente proposta pedagógica para a reflexão sobre o que Sueli Carneiro nomeou de Epistemicídio racial.

O terceiro texto do Caderno é sobre nossa grandiosa amefricana **Lélia Gonzalez**. Dedicadas à reflexão do pensamento de Lélia sobre o *pretoguês*, Ana Carolina da Silva Borges e Nádia Patrícia Silva Borges nos apresentam aspectos fundamentais à luta antirracista, quando articulam um debate instigante sobre os temas da memória e da consciência com base no pensamento de Lélia. Além dessa densa reflexão, as autoras

articulam uma interessante proposta pedagógica, com base em uma perspectiva afrocentrada.

Ironides Rodrigues é o protagonista do quarto texto do Caderno. Com a escrita potente de Paulo Melgaço da Silva Junior e Vandelir Camilo, conhecemos a força da trajetória de Ironides e sua contribuição para a luta antirracista no país. Profundo utilizador e debatedor da temática da negritude, Ironides se mostra um pan-africanista dedicado no campo da educação, da cultura e da política. Com base no pensamento do “professor, crítico e cronista no jornal *O Quilombo*” (...) que “nos legou um arquivo e uma biblioteca com mais de 4 mil livros”, Paulo Melgaço e Vandelir Camilo nos trazem, ao final do texto, uma instigante proposta pedagógica no campo das artes.

Nos deslocando do sudeste do início do século XX, para o norte do final do século XX e início do século XXI, Robson Borges Rua, nos enriquece com a reflexão sobre a trajetória da pesquisadora afroamazônida **Regina Célia Fernandes Cruz**. Linguísta, professora da Universidade Federal do Pará, Regina percorreu uma trajetória de enfrentamentos contra o racismo, o classismo e o sexismo até se tornar uma das mais importantes linguistas da Amazônia Brasileira. Grande conhecedora do falar paraense e da diversidade linguística da região norte, a história de Regina nos mostra como a filha da auxiliar de serviços gerais e do motorista de ônibus se tornou uma referência no estudo do português do norte do Brasil.

O sexto texto do Caderno nos instiga com o pensamento da atual Reitora do Instituto Federal da Bahia, **Luzia Mota**. Pelas mãos de Caliane Costa dos Santos da Conceição e Danilo Almeida Souza, conhecemos uma intelectual negra que ergue uma luta antirracista em diferentes etapas de sua trajetória, desde o ensino básico ao ensino superior. Com a pergunta “a que(m) serve a produção de conhecimentos acadêmicos”?, os autores articulam uma proposta pedagógica em franco diálogo com a história e luta de Luiza Mota.

Finaliza esta sétima edição, o texto de Fabrícia dos Santos Dantas e Marcelo Gomes da Silva no qual conhecemos a professora afroindígena **Maria Ângela**. Com uma escrita recheada de reflexões sobre o acervo e trajetória da professora, o texto evidencia a importância de Maria Ângela para a história regional, no nordeste Brasileiro. Os autores nos motivam, ainda, a debater questões de raça e gênero, enfatizando a importância da memória da luta de uma professora afroindígena e do protagonismo feminino na luta antirracista. Encerra o texto, uma proposta pedagógica envolvendo a produção biográfica e literária de Maria Ângela.

Com esta terceira edição, somada às edições anteriores, reunimos 27 textos sobre intelectuais negros/as e afroindígenas brasileiros/as. Neles, comparecem não apenas intelectuais ratificados pela academia, mas mestres de cultura e da sabedoria popular que reúnem histórias de vida e de luta inspiradoras, nos ajudando a conhecer e a escurecer o pensamento brasileiro.

REFERÊNCIAS

FANON, F. **Pele negra, Máscaras brancas**. Salvador: UFBA, [1977]2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, [1971]2003.

MENDES, R. CAPINAM. **Yáyá Massemba**. In: *Brasileirinho, Álbum de Maria Bethania*, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENA, J. Caboko/a: afro-descendente-indígena. In: PEREIRA, E. PINHEIRO, D. CORRÊA, E.. (Org.). **Etnografia da Amazônia**. 1ed. Santarém: Pará, 2022, v. 1, p. 47-59.

José Sena atua como professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi (PPGDS/MPEG/CAPES). Doutor em Linguística Aplicada pela UFRJ/CNPq, tendo realizado estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC/CNPq) e estágio pós-



Caderno Intelectualidades Negras Brasileiras • Negritar o Saber

doutoral no Museu Goeldi (MPEG/CAPES), é membro da Equipe Editorial da Revista África e Africanidades, onde coordena o *Caderno Intelectualidades Negras Brasileiras*. Seus interesses de pesquisa estão voltados para as relações entre o discurso e as práticas sociais, com ênfase em estudos de letramentos e processos políticos e educativos no âmbito da raça/racismo, gênero e sexualidades. Recentemente, tem se dedicado ao debate da categoria Caboko, tendo publicado os textos Caboka Dissidente (2021), Caboko/a: Afro-descendente-indígena (2022a) e Caboka Bixa (2022b).

E-mail: senagoeldi@gmail.com

MESTRA BETH BELI:

“Nós somos um governo à parte”

MASTER BETH BELI:

“We are a separate government”

Carolina Michaela Borges Torelli²

Josiane Rodrigues Lima³

Resumo

Elisabeth Belisário é mulher, negra, mãe de Niara, percussionista, arte educadora. É uma das fundadoras e mestre do Bloco Afro Ilú Obá De Min. Ao longo dos últimos 18 anos frente à direção do bloco vem, além de abrir o carnaval de rua da cidade de São Paulo, transformando a vida de mulheres negras através da possibilidade do contato com arte, da ocupação da rua, do aprendizado do toque de instrumentos, do contato com a cultura preta e, principalmente, no reconhecimento da força feminina vinda dos encontros, dos afetos, das trocas e da possibilidade da cura.

Palavras-chave: Bloco Afro. Mulher negra. Cultura. Liberdade. Identidade.

Abstract

Elisabeth Belisario is a woman, black, mother of Niara, percussionist, art educator. She is one of the founders and master of Bloco Afro Ilú Obá De Min. Over the last 18 years, in front of the group's direction, in addition to opening the street carnival in the city of São Paulo, he has transformed the lives of black women through the possibility of contacting art, occupying the street, learning the touch of instruments, contact with black culture and especially in the recognition of the female strength coming from encounters, affections, exchanges and the possibility of healing.

Key-words: Bloco Afro. Black woman. Culture. Freedom. Identity.

² Carolina Michaela é psicóloga, especialista em Saúde Mental pela IMSCSP e mestranda no PPRER pelo Cefet- RJ. E-mail: carolmichaellapsico@gmail.com

³ Josiane Lima é formada em Letras pela Mackenzie e mestranda no PPG-Artes da UNESP. E-mail: josiane.rodriques@unesp.br



Beth Beli. Foto de Vanderlei Yui

Existem atualmente várias mulheres negras que deveriam ocupar as páginas desses artigos. Trajetórias notáveis de construção e empoderamento de mulheres e meninas negras, valorização das ancestrais e histórias que insistem em tentar apagar e esquecer. Entre todas elas, este texto vem falar sobre a grande Maestra, Elisabeth Belisário, ou como ela mesma se denomina Beth Beli.

Beth Beli, hoje com 54 anos, nasceu na Brasilândia, bairro periférico da zona norte de São Paulo. Filha de militar, foi criada de forma rigorosa. Em conversas e entrevistas, Beth, sempre relata que seu pai lhe ensinou que deveria “ser alguém na vida”, ser melhor que as outras pessoas. Demorou muito tempo para que ela compreendesse o significado social desses ensinamentos. Seu gosto pela música, pelos tambores não era muito compreendido pelo seu pai, mas a contragosto do patriarca, foi no tambor que Beth encontrou o seu instrumento de força, luta e tornou-se referência.

Foi na escola de samba Sociedade Rosas de Ouro, tradicional escola de São Paulo, que Beth recebeu influência musical e conheceu artistas e amigos. Girlei Miranda, com quem mais tarde fundaria o bloco Ilú Obá De Min, foi um desses felizes encontros.

Desde o final da década de 80, Beth, entendendo que sua voz e suas mãos têm um certo poder, trabalha com o espalhamento da cultura africana, através da dança, arte e de atividades educativas. Inicialmente, com a Banda-Lá, reuniu musicistas e bailarinos negros. Nesse grupo, que funcionou por dez anos, Beth tocava Xequerê, dizia que ainda não era tempo do tambor em sua vida.

Na década de 90, no bairro da Bela Vista, região central de São Paulo, passou a compor o bloco Ori-Axé, grupo afro composto por mulheres e homens. E foi de lá que ganhou o mundo, como percussionista fazendo turnês por grandes companhias. No entanto, o chamado do tambor lhe soou aos ouvidos, era hora de ouvi-lo.

Beth Beli é certa em suas ações, podemos relacionar isso a uma das afirmações que ela nunca se furta em dizer com orgulho, é filha de Oxóssi! Para explicar um pouco, Oxossi é um orixá da cosmologia Yoruba, grande caçador que jamais erra e, portanto, carrega apenas uma flecha. Desta feita, podemos dizer que em novembro de 2004, utilizando de uma flecha, compreendeu seu chamado a organizar um bloco afro, com o tambor, e com as mulheres como protagonistas. Tendo Xangô e Iansã como orixás regentes, e a partir de uma oficina com as antigas participantes do Ori- Axé, juntamente com Adriana Aragão e Girlei Miranda, fundou o Bloco Afro Ilú Obá de Min.

Ilú Obá de Min é um nome em yoruba, que significa, Ilú – Tambor, Obá- Xango, de Min- Uma licença poética para “mãos femininas”, ou seja, “mãos femininas que tocam tambor para o rei Xangô”. Tem uma bateria formada apenas por mulheres, que se dividem entre si e tocam agogô, instrumento tocado pelas autoras desse artigo, xequerê, djembe e alfaia, além de ter o corpo de baile, o canto e os pernaltas. Abre o carnaval de rua de SP há 17 anos, em uma grande ópera negra, que leva cerca de 50 mil pessoas para a praça da República, região central da cidade para assisti-lo. Em seus cortejos

enaltece a cultura afro-brasileira diaspórica, as lutas sociais e femenegeia (termo utilizado em contra narrativa e resistência ao termo homenagem, que vem do latim *homo* ou do francês antigo que significa demonstração de respeito ao senhor feudal) mulheres do mundo como Carolina Maria de Jesus, Nega Duda, Leci Brandão (madrinha do bloco), Elza Soarese entre tantas outras mulheres memoráveis. Em sua última saída, antes da pandemia, Lia de Itamaracá foi a grande femenegeada do cortejo.

O Ilú Obá De Min – Educação, Cultura e Arte Negra é uma associação paulistana, sem fins lucrativos, que tem como base o trabalho com as culturas de matriz africana, afro-brasileira e a mulher. Foi fundado pelas percussionistas Beth Beli, Adriana Aragão e Girlei Miranda em novembro de 2004. O objetivo da associação é preservar e divulgar a cultura negra no Brasil e o fortalecimento das mulheres negras através do carnaval e de ações educativas e culturais que são distribuídas durante o ano todo. Essas atividades envolvem desde shows, rodas de conversa a oficinas de toques e ritmos que são dadas em escolas e associações culturais, tudo isso construído a muitas mãos, desde o planejamento das atividades até a aplicação destas sempre com a temática negra como base das ações e de seu desenvolvimento. É importante ressaltar que sendo um bloco independente, todas as mulheres do bloco, que no ano de 2020 tinha cerca de 400 mulheres de 5 a 80 anos, participam de suas ações. Em 2022, suas fundadoras ganharam o prêmio Governador do Estado de São Paulo em Artes na categoria Cultura Popular, um prêmio que só reforça a importância do bloco para a cultura negra.

Beth, para além do trabalho como mestra regente dessa grande ópera, atua como arte educadora, levando música para crianças e adolescentes hospitalizados e institucionalizados e é mãe.

Se você olhar para pirâmide social, lá está a mulher negra na base. Temos muito ainda o que lutar, mas ver tantas mulheres em ação, me faz crer que eu também estou no caminho certo (Beli, Beth).

É no encontro que se inicia o processo das oficinas de Carnaval, no qual, anualmente, o caminho se renova, na recepção das chamadas novatas, no encantamento, receios, nos olhos brilhantes e atentos de quem chega e nos abraços de quem já está, na mão estendida e convidativa. É assim que a revolução ganha novos afetos.

A cada ano, o bloco escolhe uma personalidade ou algum fato histórico relacionado ao povo negro para levar ao cortejo, essas escolhas variam entre personalidades ou fatos históricos ou grupos como Mulheres Quilombolas ou o Movimento Negro brasileiro. Com estas escolhas, nós, as mulheres inseridas no bloco, fazemos pesquisas, leituras, rodas de conversas, o bloco promove encontros e discussões sobre o tema formando as suas integrantes politicamente e conscientemente de suas histórias e além das integrantes, as pessoas que acessam aos ensaios que são abertos e gratuitos também tem acesso a estas histórias e memórias. O que o Ilú Obá faz, ano após ano é não permitir que nossas histórias sejam apagadas ou caiam no esquecimento, é uma forma de reavivar e ensinar a todos através da arte, através da cultura.

Dito tudo isso, é importante ressaltar do crescimento contínuo proporcionado pelo bloco para todas as suas integrantes, além do corpo que está ali presente e se descobre percussionista, dançarino, cantor, também existem as diversas e profundas formas de construção de conhecimento e identidade através das trocas com as outras mulheres, com as iguais. É um movimento muito bonito poder observar de que forma as mulheres negras chegam no Ilú Obá e como elas vão se desenvolvendo a partir do ambiente.

Apesar do Ilú Obá não ser um espaço físico onde é possível colocar os pés, ele é um espaço de pertença muito importante. A partir das propostas anuais de carnaval e da imersão na qual todas acabam passando, acabamos caminhando juntas para um lugar de conhecimento da própria história.

As questões raciais permeiam a nossa sociedade de forma que muitas mulheres negras ao acessar o Ilú Obá pela primeira vez ainda tem muitas marras e dificuldades de

lidar com seus corpos e cabelos, é mais que sabido o quanto, ainda hoje, séculos após a abolição da escravização de corpos, como os corpos negros ainda são tratados com desrespeito e violência. Diante disso, o espaço criado pela Maestra Beth Beli, vem contra essa verdade já estabelecida criando, através da arte, cultura, história e tambor, outra possibilidade, um novo caminho, assim como Exú das possibilidades que moram nas encruzilhadas.

Pensando na importante contribuição da Mestra Beth Beli, nossa proposta de atividade pedagógica baseia-se na própria metodologia desenvolvida no Ilú Obá. Assim, sugerimos a abertura de espaços em sala de aula para discussão e troca sobre variadas temáticas exploradas pelo Ilú Obá De Min e a mestra Beth Beli. Tomando como ponto disparador os vídeos dos cortejos de Carnaval do Ilú disponíveis na plataforma YouTube, sugerimos que o/a professor/a mobilize debates e reflexões sobre o candomblé e as religiões de matriz africana, o racismo religioso e o empoderamento da mulher proposto pela mestra Beth Beli, a partir do conhecimento da cultura e do tambor. Depois da discussão, pode ser proposto aos alunos e alunas que escrevam um pequeno texto dissertativo, colaborando com ideias em torno da temática do *empoderamento feminino*, assim como, pensar estratégias que poderiam ser desenvolvidas a partir do fazer coletivo.

18

Aprender sobre a história, que faz da negritude ser o que ela é, cria uma fase dentro da vida das mulheres tocadas e tocantes deste bloco, uma fase de valorização da própria potência e empoderamento, diante disso, só podemos agradecer a Beth Beli por sua destreza de Filha do caçador de uma flecha só ao atirar suas flechas certas e criar, na cidade de pedra o Quilombo Urbano Chamado Ilú Obá de Min. Okê Aro!

REFERÊNCIAS

- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. 1 ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020
PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

RUFINO, L. SIMAS, L. A. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, L. A. **O corpo encantado das ruas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Beth Beli, o pertencimento do tambor.

Disponível em: <https://cirandadefilmes.com.br/beth-beli-o-pertencimento-do-tambor/>

Alma Preta.

Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/beth-beli-minha-vida-e-meu-compromisso-com-as-minhas-ancestrais>

Ilú Obá De Min.

Disponível em: Ilú Obá De Min - Ilú Obá De Min (iluobademin.com.br)

JOAQUIM VENÂNCIO FERNANDES

Do apagamento intelectual ao reconhecimento técnico laboratorial em saúde

JOAQUIM VENÂNCIO FERNANDES

From intellectual erasing to technical laboratory recognition in health

Anna Carla Alberto-Silva⁴

Bárbara Oliveira de Paulo da Silva⁵

Resumo: Joaquim Venâncio Fernandes (1895-1955) é considerado um dos técnicos de laboratório mais importantes da história da Fundação Oswaldo Cruz. A Escola Politécnica de Saúde da Fiocruz, criada em 1985, recebe o nome de Joaquim Venâncio de forma a homenagear o técnico. Mesmo tendo destaque quando funcionário da Instituição, sua história aponta que ele estava enquadrado na categoria de funcionário subalterno, ainda que suas práticas, inclusive as empíricas, fossem fundamentais para a comprovação das premissas científicas dos pesquisadores detentores do nível superior. Tal subalternização estaria relacionada ao nível de estudo de Joaquim e nessa explanação trazemos a hipótese de que seus levantamentos empíricos, apesar de fundamentais, seguem adequados no prisma de uma "colonialidade do saber" que constrói o que podemos chamar de epistemicídio racial.

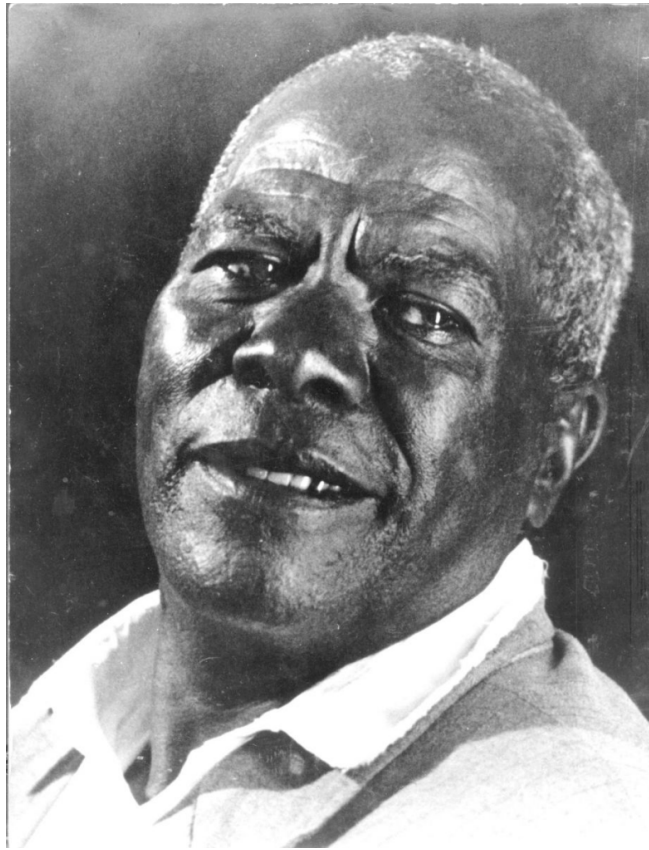
Palavras-chave: Ensino técnico. Conhecimento empírico. Subalternização. Apagamento.

Abstract: Joaquim Venâncio Fernandes (1895-1955) is considered one of the most important laboratory technicians in the history of the Fundação Oswaldo Cruz. The Escola Politécnica de Saúde in Fiocruz, created in 1985, is named after Joaquim Venâncio in order to honor the technician. Even though he was highlighted as a technical employee of the institution, his history points out that he was part of the staff of subordinate employees, whose practices, including empirical ones, are fundamental for proving the scientific premises of the researchers holding higher education. Such subordination would be related to Joaquim's level of studies and in this explanation we bring the hypothesis that his empirical surveys, although fundamental, remain adequate in the prism of a "coloniality of knowledge" that builds what we believe we can call racial epistemicide.

Keywords: Technical education. Empirical knowledge. Subalternation. Erasure.

⁴ Anna Carla Alberto-Silva é Doutoranda em Ciências Veterinárias pela UFRRJ. Mestra em Ciências pela UFRRJ. Licenciada em Ciências Biológicas pela UERJ-FFP. Integrante do Coletivo Negro Fiocruz e do Grupo de biólogos negros, Nós por nós. Contato: annacarlaalbertodasilva@gmail.com

⁵ Bárbara Oliveira de Paulo da Silva é Mestra em Geografia pela PUC-Rio. Especialista em Gestão Urbana e Saúde pela ENSP-Fiocruz. Graduação em Geografia pela PUC-Rio. Integrante do Coletivo Negro Fiocruz. Contato: barbaraoliveiradepaulo@yahoo.com.br



Joaquim Venâncio Fernandes ⁶

O personagem a ser discutido na presente narrativa é Joaquim Venâncio, um dos mais importantes técnicos de laboratório da história da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz. As instituições de pesquisa, espaços de produção de ciência e transmissão de conhecimento acadêmico, são as que problematizamos nessa discussão como local de presença do epistemicídio racial (CARNEIRO, 2005). As práticas profissionais, pautadas também em saberes empíricos, no avanço das práticas de laboratório e das pesquisas acadêmicas nas áreas de zoologia e botânica foram personagens de referência nas pesquisas laboratoriais e técnicas de fins do século XVI e início do século XX. Cabe discutir também, as instituições de pesquisa quanto local de luta pelo reconhecimento e

⁶ Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/joaquim-venancio>. Acesso em 08/05/2021. Diversos trabalhos que tiveram a participação ativa de Joaquim Venâncio se encontram no volume 3, livro 4, da publicação Adolpho Lutz. Obra Completa, que tem como organizadores Benchimol e Sá (2007).

valorização das práticas técnicas implementadas pelos técnicos negros quanto fator fundamental para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas.

No dia 23 de maio de 1895, na Fazenda Bela Vista, existente na cidade de Rio Novo, região da Zona da Mata de Minas Gerais, localidade próxima a Juiz de Fora, nascia Joaquim Venâncio Fernandes. Joaquim tinha dois irmãos: José Venâncio Fernandes e Manoel Venâncio Fernandes. Pouco se sabe sobre sua infância e a vida de seus pais. Nasceu sete anos após a abolição da escravidão no Brasil, entretanto, a zona da mata, onde o mesmo morava, foi uma das últimas a permitir a liberdade aos negros que até então vinham sendo escravizados. Quando jovem, foi trabalhar no Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro. De acordo com informações presentes na tese de Renata Reis, acredita-se que o próprio Joaquim Venâncio teve a iniciativa de ir para o Instituto e posteriormente surgiu o convite do Dr. Carlos Chagas.

Joaquim se casou com Sebastiana Batista de Carvalho Fernandes, e teve cinco filhos: Wanderley, Celso, Joaquim, Renê e Hugo. Dois de seus filhos também chegaram a trabalhar no Instituto Oswaldo Cruz na década de 1940. Joaquim era um homem alegre que gostava de cantar e tocar instrumentos musicais, como violão e acordeão. Ele chegou ao Instituto no ano de 1916. Estava com 21 anos. No dia 14 de novembro foi contratado como servente, entretanto sua efetivação como funcionário nomeado só ocorreu 1922. O trabalho executado pelos serventes dependia do laboratório no qual o mesmo estava alocado.

Durante a maior parte do tempo no Instituto Oswaldo Cruz, Joaquim Venâncio trabalhou com o Dr. Adolpho Lutz e sua filha, Dra. Bertha Lutz, além de auxiliar outros pesquisadores do próprio Instituto e estrangeiros. Joaquim Venâncio participava de muitas excursões com os pesquisadores para obtenção de amostras para os estudos, o mesmo encontrava e identificava diversas espécies. Decorrente de muitas destas excursões, muitos artigos foram publicados pelo Dr. Lutz na área de zoologia médica, além da construção de coleções zoológicas, como a do Museu Nacional e os exemplares

distribuídos em todo mundo, como os anfíbios depositados no Instituto Estadunidense (Smithsonian Institution). Joaquim Venâncio trabalhou com moluscos e seus parasitos trematódeos, além de anfíbios, áreas de estudo que o Dr. Lutz dedicava-se em sua pesquisa. Identificaram mais de vinte espécies de cercárias, relacionando as mesmas a infecções, sintomas, tratamentos e formas de prevenção de doenças (REIS, 2018).

Joaquim Venâncio contribuiu para taxonomia mundial, trabalhando na identificação e descrição de diversas espécies, como *Leptodactylus rhodomystax* Boulenger, espécies de sapos do gênero *Phyllomedusa* (*Phyllomedusa rohdei*, *Ph. guttata* e *Ph. appendiculata*), pererecas do gênero *Hyla*, dentre outras. Era ativo em diversos trabalhos de campo, para obtenção de materiais biológicos para estudo, principalmente nas regiões da Serra do Mar, Petrópolis, Nova Friburgo, Serra da Bocaina, Teresópolis e Alto da Serra de Cubatão em São Paulo (REIS, 2018). Por trabalhar durante tanto tempo com anfíbios, Joaquim Venâncio já identificava as espécies de sapos pelo seu cochar. Ele desenvolveu um método para diagnóstico de gravidez através da inoculação da urina da mulher em sapos da espécie *Bufo marinus*. Reação hoje conhecida como Galli-Mainini para diagnóstico de gravidez (FERREIRA, 2003). Entretanto, Joaquim Venâncio não foi oficialmente reconhecido por tal descoberta, não é coautor e muito menos autor de nenhum trabalho científico, não tendo nenhum aspecto teórico diretamente relacionado a seu nome, apesar da sua participação ser mencionada em 5 artigos, onde é possível perceber a não valorização do trabalho técnico pela academia/ciência mesmo sabendo que sem esse não existiria pesquisa.

Mediante a essas percepções torna-se possível verificar o processo de apagamento da contribuição intelectual de Joaquim Venâncio, também denominado por Carneiro (2005) como Epistemicídio. Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos grupos subalternizados, um processo persiste de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro

como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos mecanismos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

O fato de residir no Instituto, também facilitava que Venâncio desempenhasse outras funções além de seu trabalho com os cientistas, ele também era vigia. Era respeitado como uma espécie de líder comunitário conciliador, já que Joaquim era reconhecido como o apaziguador, potente em aconselhar com vistas a amenizar conflitos e proteger os desfavorecidos da comunidade. Gostava de colaborar, de ajudar a todos. Era pessoa estimada por essa sua atuação não intencional, mas fundamental na mediação de conflitos existente no ambiente comunitário de onde o mesmo fazia parte.

Joaquim Venâncio faleceu no dia 27 de agosto de 1955, em sua casa, vítima de problemas cardíacos. Trinta anos após a sua morte, a Fiocruz inaugura a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) prestando homenagem e reconhecimento a este exímio pesquisador. Que mesmo sem formação acadêmica, lendo e escrevendo com limitação, trouxe importantes contribuições para a zoologia e botânica do país.

É incentivado pelo corpo docente da escola politécnica que os alunos conheçam a história de seu patrono, sendo assim, foi elaborado em 2009 pelos alunos do ensino médio o vídeo: “Em busca de Joaquim Venâncio”⁷, com o objetivo de encontrar mais informações sobre esse funcionário técnico tão importante do IOC. É fundamental que cada aluno que cruzar a escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio saiba da incrível trajetória deste homem negro que atravessado por questões de classe e raça, por muito tempo, não teve o reconhecimento merecido pelas suas contribuições para ciência nacional e mundial.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SUKk5DLbUOQ>. Acesso em 08/05/2021.

Com base na trajetória de Joaquim Venâncio, sugerimos, como proposta pedagógica, a leitura do trecho abaixo retirado do livro *Caminhos da politécnica: 30 anos da escola politécnica Joaquim Venâncio*⁸.

Disse o Chico Trombone, e jurava irritado: “A reação de Galli Mainini quem descobriu foi o Joaquim Venâncio, não foi o Galli Mainini”. “Porque um dia” – o Chico conta – “eu estava aqui sentado, Joaquim no microscópio, examinando protozoários da cloaca de sapo. Aí chegou uma mulher, que não gostava do Joaquim Venâncio, e trouxe material para um exame de urina. E o Joaquim Venâncio disse: ‘Deixa aí, que depois eu vou fazer.’ Ela ficou com raiva, jogou a urina em cima do sapo que o Joaquim Venâncio estava examinando. Joaquim Venâncio examinou outra vez e o sapo estava cheio de espermatozoides. Aí o Mainini veio em visita ao Instituto Oswaldo Cruz e o Joaquim Venâncio contou isso para ele. Ele chegou à Europa e publicou um trabalho, fazendo um novo método de diagnóstico para gravidez. Quando Joaquim Venâncio contou ao doutor Lutz, ele disse: ‘Precisamente, Venâncio, eu já disse, você não fala para os outros, principalmente para esses gringos, enquanto não publicarmos os nossos trabalhos’” (2016, p. 49).

Após a leitura, convidamos o(a) professor(a) a dividir seus alunos em grupos de trabalho para que possam refletir sobre os seguintes questionamentos:

1. As áreas biológicas são permeadas de conflitos relacionados à autoria de trabalhos, onde nem sempre todos os envolvidos nos estudos recebem o mesmo prestígio e crédito referente a seus esforços. Um exemplo clássico disso é a teoria da evolução de Charles Darwin e Alfred Russell Wallace, aonde ambos chegaram a conclusões muito semelhantes em relação à teoria da evolução, mas um deles recebe até hoje mais prestígio. Você acredita que algo semelhante tenha ocorrido entre Joaquim Venâncio, Dr. Adolpho Lutz e sua filha, Dra. Bertha Lutz? Como as questões de classe e raça favoreceram para esse apagamento de Joaquim Venâncio?

⁸ Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/26220/2/Livro%20EPSJV%20013358.pdf>. Acesso em 08/05/2021.

2. Bioética - Embora o oncologista americano Van Rensselaer Potter tenha criado esse conceito em 1970, foi o alemão Fritz Jahr quem de fato utilizou pela primeira vez em 1927 a palavra Bioética, publicando um artigo no periódico alemão chamado "Kosmos". Desde então, o conceito de bioética tem sofrido mudanças. Em 1995 foi criada a Sociedade Brasileira de Bioética. Em 2005 na Conferência Geral da UNESCO é adotada a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos para ser utilizada na formulação e implementação de legislações nacionais. Como princípios fundamentais da Bioética temos: 1. Respeito às pessoas 2. Beneficência 3. Autonomia: acesso à informação e liberdade para decidir. 4. Justiça: as pessoas são diferentes e que, portanto, também são diferentes as suas necessidades (NUNES; NUNES, 2004). De acordo com os princípios da bioética discuta como o apagamento sofrido por Joaquim Venâncio fere tais princípios.

Os questionamentos acima têm como objetivo fazer com que os alunos percebam as nuances relacionadas à falta de ética ainda hoje existente no meio científico, onde não há valorização de todos os envolvidos nos processos de geração do conhecimento, sabendo que durante a execução de uma pesquisa o caminho não é linear, há muitas subjetividades, até mesmo entre as relações interpessoais.

Indicação: Ensino Médio (regular e técnico) e Superior.

REFERÊNCIAS

- BENCHIMOL, J. L.; SÁ, M. R. (orgs.). Adolpho Lutz - Outros estudos em Zoologia. *In*: Adolpho Lutz. **Obras Completas**. Vol. 3 livro 4. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Dissertação de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.
- ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENANCIO (Org.) **Caminhos da politécnia: 30 anos da Escola Politecnica de Saúde Joaquim Venancio**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016.

FERREIRA, L. F. Joaquim Venâncio Fernandes (1895-1955). **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 11-22, 2003.

NUNES, C. R. R.; NUNES, A.P. **Bioética**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília (DF), 2004, 57(5), p. 615-616.

REIS, R. **A "grande família" do Instituto Oswaldo Cruz**: a contribuição dos trabalhadores auxiliares dos cientistas no início do século XX. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018;

Joaquim Venâncio Fernandes.

Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/joaquim-venancio>. Acesso em 08/05/2021.

ESCRITAS NEGRAS IMPORTAM:

Lélia Gonzalez e o *pretuguês*- uma linguagem subversiva, negra e feminista

BLACK WRITINGS MATTER:

Lélia Gonzalez and the *pretuguês* – a subversive, black and feminist language

*Ana Carolina da Silva Borges*⁹

*Nádia Patrícia Silva Borges*¹⁰

Resumo: O objetivo deste artigo é revisitar a feminista negra Lélia Gonzalez a partir de seus escritos, tendo como base as noções de *pretuguês*, entrecruzado aos conceitos de consciência e memória. Tais definições corroboram para uma proposta pedagógica inclusiva e democrática que combate o sexismo e o racismo. Ao mesmo tempo, lança uma metodologia que valoriza a população negra, problematiza os mecanismos de violência sistêmica colonial e reivindica versões colaborativas dos corpos negros na nossa história, na nossa cultura e na nossa vida cotidiana.

Palavras-chaves: Racismo. Educação. *Pretuguês*.

Abstract: The aim of this article is to revisit the black feminist Lélia Gonzalez based on her writings, based on the notions of *pretoguese*, intertwined with the concepts of consciousness and memory. Such definitions corroborate an inclusive and democratic pedagogical proposal that fights sexism and racism. At the same time, it launches a methodology that values the black population, problematizes the mechanisms of systemic colonial violence, and demands collaborative versions of black bodies in our history, in our culture and in our everyday life.

Key word: Racism. Education. *Pretuguês*.

⁹ Ana Carolina da Silva Borges, Pós-Doutora em História pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL (2018), Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP (2016), atualmente é Pós Doutoranda em História na UNICAMP e professora efetiva na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: anaborgeshis@gmail.com

¹⁰ Nádia Patrícia Silva Borges é professora efetiva nas redes de Educação tanto do Estado de Mato Grosso, quanto do Município de Cuiabá há 22 anos. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), especialista em Educação pela Faculdade Várzea-grandense de Ciências Humanas- IVE, pedagoga pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).



Lélia Gonzalez¹¹

Revisitar a trajetória de vida e as escritas de Lélia Gonzalez não foi uma escolha aleatória, uma vez que intencionamos apontar o quanto as suas narrativas científicas prescrevem uma análise crítica da descentralização histórica das pessoas negras no país. Interseccionalizando trabalho, raça e gênero, a autora propõe metodologias educativas transformadoras, inclusivas e antirracistas.

29

Pensando nisso, este texto está dividido em quatro partes: num primeiro momento daremos atenção à trajetória de vida da autora Lélia Gonzales. No segundo momento buscaremos trazer a tona o peso das suas identidades para a formulação da noção de *pretoguês*, *memória* e *consciência*. Já na terceira parte, iremos nos voltar a uma proposta educativa por meio da valorização das *africanidades* do Brasil. E, por último, propomos, a partir das ilustrações trazidas em anexo, uma metodologia de ensino, na qual, a partir de uma atividade tendo como suporte cinco imagens, as professoras de língua portuguesa poderão trabalhar com o conceito de *pretoguês*.

¹¹ Foto: Cesar Loureiro/Reprodução. BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. In: *Revista Cult/Uol*. 3 de julho de 2019. Acessado no dia 21/04/2022: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>

Lélia Gonzales, *transando* várias frentes de atuação

Nascida no dia “1º de fevereiro de 1935, em Minas Gerais, filha do negro ferroviário Accacio Serafim d’ Almeida e de Orcinda Serafim d’ Almeida” (ABPN, 2012, s/n), Lélia de Almeida Gonzalez “era a penúltima de 18 irmãos”. A sua mãe, descendente de indígenas chegou a ser ama de leite, somada as experiências que teve como doméstica. Aos sete anos de idade, “mudou-se com a família (...) para o Rio de Janeiro, acompanhando o irmão Jaime, jogador de futebol do Flamengo. No Rio de Janeiro, cidade que amava, o seu primeiro emprego foi de babá” (ABPN, 2012, s/n). Tímida e dedicada, Lélia “graduou-se em história e filosofia, exercendo a função de professora da rede pública. Posteriormente, concluiu o mestrado em comunicação social” e, depois, “doutorou-se em antropologia política /social, em São Paulo (SP), e dedicou-se às pesquisas sobre a temática de gênero e etnia. Professora universitária, lecionava Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio)” (ABPN, 2012, s/n).

Todavia, a produção intelectual de Lélia Gonzalez ganhou fôlego nos anos de 1970 e 1980, quando a diversidade textual escrita pela feminista negra adquiriu grande circulação mediante o reconhecimento da sua importância enquanto pensadora e ativista. Livros, capítulos de livros, periódicos acadêmicos, artigos, entrevistas, entre outros, passaram a integrar o rol das suas produções, muitos destes oriundos de convites que lhes eram feitos ainda em consonância com a figura pública que se tornou. Lélia mesclava a vida política e cultural com os escritos acadêmicos que também lhe aferiu, já após alguns anos de prática docente e no “chão da escola”, uma proposição, um corte e um deslocamento de descolonização do saber e do conhecimento bastante original e audacioso para aquele momento.

Esta sua atuação poderia, inclusive, ser pensada como o que Patrícia Collins Hills denomina como “forasteira de dentro” (outsider within), pois crítica de Lélia González

direcionava-se, sobretudo, às categorias analíticas macro, envoltas a meta-narrativas econômicas e aquém de interpretações complexas relativa à história das populações negras que “elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais” (GONZALEZ, 1983, p. 225).

As suas críticas não foram elaboradas do nada. Porque não se deve perder de vista os universos culturais e científicos acessados pela autora na década de 1970, momento em que se aproximou do Candomblé. Este universo “se tornou uma referência poética e imagética para Lélia Gonzalez, presentes aqui e acolá nos seus textos, inclusive nos ensaios de caráter mais político” (RATTS, RIOS, 2010, p. 62). Isto é, o candomblé se tornou um dos seus principais códigos culturais a integrando “com uma coisa mais ecológica (...) mais africanizada do que ocidentalizada” (O pasquim, 1986, p. 11).

A “crioulada” resiste: o pretoguês já é realidade e a consciência dominante saca isso

Mas foi na psicanálise que Lélia se acessou de maneira mais intensa e, em meio a essa busca pessoal e de valorização a negritude, desenvolveu análises profundas a respeito do psicanalista Frances Jacques Lacan. Corroborando como uma das integrantes para a Fundação do Colégio Freudiano, do Rio de Janeiro, junto a Beth Milan e Magno Machado Dias se tornaram pioneiros nestas discussões, a partir de então, racializadas no Brasil (RATTS; RIOS, 2010, p. 62). Ali elaboraram uma vertente lacaniana no país, onde incrementaram elementos específicos, relacionados às “realidades” da população negra no país. Foi assim que Lélia endossou a ideia de que no Brasil, o racismo é um mecanismo elaborado e praticado pelo dominador de forma ideológica que se inscreve na própria *consciência* branca instalada no tal “mito da democracia racial” (RATTS; RIOS, 2010, p. 62-63).

E explica: “Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. E por aí que o discurso

ideológico se faz presente”. Por outro lado, existe a resistência, que se perpetua frente ao “jogo de cintura” que desenrola para *driblar* o que lhe reduz: a *memória*. Dito de outra maneira, *as memórias* da população negra, proveniente de um campo oral e colocada como não saber, torna-se “esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção”. Logo, a “consciência exclui o que memória inclui”, só “que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética” (GONZALES, 1983, p. 226).

Para a autora, é na *memória* que se imprime, dentro de uma prerrogativa diaspórica e de longa duração, as identidades negras. Isto é, a *memória* é toda preenchida, de uma ponta a outra, por elementos da negritude, bem como por manifestações culturais híbridas e intercontinentais que remetem a nossa forte ligação com o continente africano. Contudo, esta *memória* é escamoteada pela *consciência* dominante e, mesmo assim, continua a existir, ser praticada e atualizada pela *crioulada*. E daí que emana a “neurose cultural” da *branquitude* dominante do país. Que se “caracteriza-se como escrita de uma ausência”, uma vez que produz a violência simbólica na qual expressa outra “coisa senão a função da ausentificação que promove a castração”. Isto é, “a internalização e reprodução dos valores brancos ocidentais”, que se desdobra em imagens deformadas ao nosso respeito (GONZALES, 1983, p. 226-263).

Ademais, entrecruzando estudos psicanalíticos que problematizassem o racismo, Lélia adicionou outro elemento importante: a linguagem. Atenta a supressões ou substituição de terminologias que aparentam neutralidade, a autora descortinou o uso de determinadas palavras, que são particularizadas pela cor. “Mulata”, “neguinho”, “moreninho”, entre outros, guarnecidos de violências simbólicas que não podem ser esquecidos, uma vez que a sua aplicação aparentando carinho sugere o diminutivo. Foi desses incômodos que percebeu que tudo que remetesse à periferia: roupas, músicas, comportamentos, religiões, linguagens, eram rechaçados pela cultura dominante como expressões de menor valor. Com a finalidade de contestar isso, lança então outro olhar

sobre os universos culturais da população negra positivando as suas gírias, a sua linguagem informal, as suas manifestações artísticas e mentais e as levam para dentro da academia, reivindicando valor e representatividade de aspectos *africanizados* que marcam as nossas próprias maneiras de pensar, agir e falar.

Assim, explica: “E engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente”. Sendo assim, “quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em *cê*, o está em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando *pretuguês*” (GONZALEZ, 1983, p. 238).

Nos alerta ainda que as palavras informam tempos, lugares, padrões, que se recriam e se estendem a novas conotações. Porque ao “falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda”, ressaltando que “esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém de um tronco linguístico bantu que ‘casualmente’ se chama bunda”. Sobre isso completa: “E dizem que significante não marca ... Marca bobeira quem pensa assim. De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido e é coisa”. Porque “de repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência européia, muito civilizado, etc e tal” (GONZALEZ, 1983, p. 238). Fechando esta linha de raciocínio Gonzalez ironiza, ao destacar ações que hoje chamaríamos de *apropriação cultural*: “Só que na hora de mostrar o que eles chamam de ‘coisas nossas’, é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora” (GONZALEZ, 1983, p. 238).

Carregando uma bagagem cultural da diáspora e, de igual forma, demarcando, a partir do contato com as etnias indígenas, uma particularidade no Brasil, Gonzalez

aciona a *africanidade* na cultura do país, a *ladinidade* brasileira, os aspectos de uma *Améfricana* no nosso cotidiano, cujo dialeto não é uni e, sim, multiplural, não é estático, pelo contrário, é dinâmico, criativo e identitário. A periferia é colocada no centro da referência e assim dinamiza a sua escrita. Tanto é, que: “Lélia usava e abusava da economia linguística em seus artigos: *prá* (para), *tava* (estava) *tamo* (estamos), *cumé* (como é). Utiliza-se expressões como *a gente* em vez de *nós*. Encontramos muitas gírias em seus escritos”, e este aspecto deve ser refletido como um posicionamento político.

Algumas em formato de indagação: “deve o negro assimilar e produzir tudo que é *eurobranco*? Ou só *transar* o que é *afro-negro*?”. É discutindo estas questões que o seu texto: “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira”, merece ser reconhecido como uma escrita política, subjetiva, transbordante de *memórias* negras. Enfim, prescreve uma escrita educativa, feminista, negra e ativista.

Desmontando “o barato da ideologia da branquitude”

O ceticismo a ciência em detrimento dos “achismos” que atravessam a opinião pública no Brasil vem ganhando força nos últimos anos, desembocando na proliferação do racismo, da intolerância religiosa e do sexismo. É nesses termos que compartilhamos com a afirmação da feminista negra Bel hooks de que: “vivendo numa sociedade fundamentalmente anti-intelectual é difícil para os intelectuais comprometidos e preocupados com mudanças sociais radicais afirmar sempre que o trabalho que fazemos tem impacto significativo” (hooks, 1995, p. 464).

Aliás, existe uma excepcionalidade na opção de trilhar o caminho acadêmico entre as comunidades negras mediante os desafios cotidianos que enfrentamos. Porque é visto com muita desconfiança, pela população branca, a dedicação da vida a atividades de leitura, pesquisa e escrita, especialmente, quando tudo isso resulta no prazer subjetivo mental e na ascensão política da gente negra. Assim, “nos circuitos políticos progressistas os trabalhos dos intelectuais raramente são reconhecidos como uma forma

de ativismo” (hooks, 1995, p. 465). A bem da verdade “expressões mais visíveis de ativismo concreto (como fazer piquetas nas ruas ou viajar para um país de Terceiro Mundo e outros atos de contestação e resistência) são considerados”, em quase a sua totalidade, “como trabalhos mais importantes do que o trabalho mental” (hooks, 1995, p. 465).

Para Grada Kilomba, no caso das intelectuais negras, tais aspectos devem ser tratados sobre outra prerrogativa que adensa essa balança de descaso sobre os nossos exercícios, dentro e fora da academia e, que, vai além do racismo: a objetificação dos nossos corpos. O efeito sobre isso é devastador, uma vez que nos inviabiliza o *status sujeito*, haja vista que “nossos interesses individuais e coletivos”, não são “reconhecidos, validados e representados na sociedade – no status absoluto de *sujeito*” (KILOMBA, 2019, p. 71), de modo que, as nossas demandas políticas, sociais e individuais, não fazem parte de uma agenda comum da população. Logo: “o discurso das/os intelectuais negras/os, surgem então frequentemente como um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico”, ou seja, o nosso “discurso é tão político quanto poético” (KILOMBA, 2019, p. 59).

É nesses termos que levantamos a hipótese de que as escritas das intelectuais negras ocasionam um corte epistemológico rumando a uma prática antirracista. Para sustentar esta hipótese, propomos refletir sobre a escrita de Lélia Gonzalez, na qual o exercício do *pretoguês* nas escolas pode ser pensada como prática educativa de combate ao o que Gomes e Laborne discutiram enquanto “Pedagogia da crueldade” (2018, pag. 16). A antropóloga e feminista Rita Segato salienta que a “pedagogia da crueldade” é responsável pela anulação e destruição da compaixão da solidariedade e de pressupostos comunitários e coletivos. Assim: “a truculência é a única garantia do controle sobre territórios e corpos, e de corpos como territórios, e pelo outro, a pedagogia da crueldade é a estratégia de reprodução do sistema” (SEGATO, 2014).

Lélia Gonzalez irrompe tudo isso mediante a sua crítica ferrenha a ciência moderna, na qual, a “Razão é branca, enquanto a Emoção é negra”. A Amefricanidade “nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA” (GONZALEZ, 1988a, p. 76-77).

Pretoquês: uma proposta metodológica de ensino

Com base nas discussões esboçadas anteriormente inferimos agora uma proposta pedagógica, na aula de Português para o Ensino Fundamental, com base nas imagens trazidas em anexo. De preferência para as séries do 5º ano e 6º ano, haja vista que os/as estudantes começam a delinear a sua identidade e autonomia individual.

Na primeira imagem (Anexo I) consta três figuras associadas à representatividade afro do Brasil: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento. Tais sujeitos encontram-se num espaço emblemático, em frente à biblioteca, uma vez que ali vemos a capoeira e as vestimentas dos/as nossos/as personagens remetendo a uma cultura africanizada, referenciando os Movimentos Negros dos anos de 1980, como o pan-africanismo, e a ancestralidade das religiões de matriz africana. No dialogo, há um questionamento sobre a escrita oficial da história, provocada por Beatriz Nascimento, que se indigna como as versões negativas concedidas à população negra no nosso passado e, ao mesmo tempo, silencia as práticas históricas colaborativas no Brasil. Utilizando esta imagem, os universos orais e o peso da memória podem ser colocados pelas/os docentes das escolas como conceitos chaves para explicar o racismo instalado nos ambientes de escolarização oficial e, de igual maneira, problematizar os conteúdos dos livros didáticos da área de história.

Em seguida tem quatro imagens (Anexo II, III, IV e V) que sequenciam a segunda encenação, narrada a partir das ilustrações. De caráter interventivo e auto-explicativo

pode servir de material didático complementar para fomentar discussões pertinentes a construção da identidade negra e desmontar práticas racistas na língua oficial portuguesa timidamente pensada pelos/as profissionais da educação. No caso, tem-se como recorte espacial uma sala de aula, na qual uma professora branca chama atenção de uma estudante negra que respondia a questão colocada a partir de seu universo linguístico de referência, então tratado como “errado”. Lélia Gonzalez ao passar em frente a aquele lugar e presenciar a recriminação de uma linguagem negra e proveniente das culturas periféricas interfere na situação. Posteriormente, explica a professora a importância da língua banto na nossa língua portuguesa que tem desdobramento na enunciação de algumas terminologias e, de igual forma, a substituição de algumas sílabas por outras (do “l” pelo “r”, por exemplo). É assim que Lélia propõe uma metodologia de ensino inclusivo: o *pretoguês* que se instala nas memórias expressadas como universo oral das populações negras.

As cinco imagens estão todas muito bem amarradas e, como material complementar, podem ser utilizadas para que os/as estudantes reflitam e façam uma atividade de pesquisa nos seus bairros e nos seus lares indicando as terminologias e gírias que trazem dos seus universos familiares e que demarcam as suas identidades, apresentando posteriormente, na aula seguinte, um debate acerca desses universos linguísticos.

REFERÊNCIAS

- DA ABPN. Hoje na História, 1935, nascia Lélia González. In: **Portal Geledes**.
- GOMES, N. L.; LABORNE, A. P. L. “Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio na juventude Negra”. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, 2018, p. 1-26.
- GONZALEZ, L. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988^a.
- GONZALEZ, L. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

hooks, Bell. ""Intelectuais Negras". In: **Revista Estudos feministas**. Nº2/95. vol.3. 1995.

KILOMBA, G. **Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RAGO, M. "Epistemologia feminista, gênero e história: descobrindo historicamente o gênero". In: **Santiago de Compostela: Sacauntos**, 2012.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SEGATO, R. L. "Lasnuevas formas de la guerra y elcuerpo de lasmujeres". In: **Puebla: Pez en el Árbol**, 2014.

SILVA, A. C., OLIVEIRA, P. C. S. Resignificação de uma identidade negra em uma escola no distrito de Sopa", Diamantina-MG. In: **Olhares**, Guarulhos/SP, 2015.

WEST, C. **Questão de Raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ANEXOS¹²

Anexo 1



¹² Todas as imagens foram produzidas pela ilustradora e historiadora negra mato-grossense Cristina Soares. A mesma é Mestre em História, ilustradora e Professora História no Estado de Mato Grosso. Pesquisa temas que entrecruza racismo, gênero e educação, a saber: mulheres negras, educação antirracista, literatura negra. Somado a isso, integra *Selo Itan Literário- sobre escrita negra*, *Web kizomba TV: sobre Resistência negra em Mato Grosso* e *Recôncavo Baiano e Projeto Pequena África: ilustração do centro de Cuiabá*

Anexo 2



Anexo 3



Anexo 4



Anexo 5



IRONIDES RODRIGUES:

Militante da negritude e do pan-africanismo no século XX

IRONIDES RODRIGUES:

A militant for blackness and Pan-Africanism in the 20th century

Paulo Melgaço da Silva Junior ¹³

Vandelir Camilo¹⁴

Em memória de Aguinaldo Camargo

Resumo: O objetivo deste texto é analisar as contribuições de Ironides Rodrigues no ativismo negro como educador e pensador a partir de sua apropriação e divulgação do movimento de negritude e pan-africanismo na segunda metade do século XX. Trabalhamos com fontes primárias a partir das produções intelectuais de Ironides Rodrigues que necessitam ser – urgentemente – mais divulgadas, tais como *Diário de um negro atuante: serões de Bento Ribeiro* e *Diário de Bento Ribeiro*, somadas aos seus artigos publicados no jornal *O Quilombo*, na década de 1950. Esse material apresenta as colocações, os embates e as formações daquela *intelligentsia* negra que formava a vanguarda do movimento artístico e intelectual da época. Ressaltamos a importância das contribuições do autor para o campo educacional.

Palavras-chave: Ironides Rodrigues. Negritude. Pan-Africanismo. Educação.

Abstract: The purpose of this text is to analyze Ironides Rodrigues' contributions to black activism as an educator and thinker based on his appropriation and dissemination of the blackness and Pan-Africanism movement in the second half of the twentieth century. We work with primary sources based on the intellectual productions of Ironides Rodrigues that need to be – urgently – more publicized, such as *Diário de um negro atuante: serões de Bento Ribeiro* and *Diário de Bento Ribeiro*, added to his articles published in the newspaper *O Quilombo*, in the 1950s, for presenting the placements, the clashes and the formations of the black *intelligentsia* of that time, which formed the vanguard of the artistic and intellectual movement of those days. We emphasize the importance of the author's contributions to the educational field.

Keywords: Ironides Rodrigues. Blackness. Pan-Africanism. Education.

¹³ Paulo Melgaço da Silva Junior é pós doutor e doutor em educação pela UFRJ, vice diretor, professor e pesquisador da Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, pertencente a Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Professor colaborador PPGEAC/Unirio. Professor de artes visuais na SME Duque de Caxias. E-mail: pmelgaco@uol.com.br

¹⁴ Vandelir Camilo, mestre em história política. Doutorando em Memória Social, Unirio. E-mail: vrneves@yahoo.com.br



Ironides Rodrigues (1923-1987)¹⁵

Ainda é bastante tímida a produção acadêmica¹⁶ que privilegie a trajetória e a atuação do educador, militante, teatrólogo, tradutor e crítico de cinema Ironides Rodrigues (1923-1987), um dos principais pesquisadores e divulgadores do movimento pan-africanista e da negritude no Brasil na década de 1950, época em que atuou ao lado de Abdias Nascimento e de outros intelectuais negros no Teatro Experimental do Negro (TEN). Ironides foi professor, crítico e cronista no jornal *O Quilombo*, e nos legou um arquivo e uma biblioteca com mais de 4 mil livros que são importantes fontes primárias relativas ao pensamento intelectual negro de seu tempo.

¹⁵ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ironides-rodrigues-a-volta-por-cima-de-um-quase-esquecido/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

¹⁶ Sugerimos os textos de Barbosa e Costa (2019), Ceva (2006), Predebon (2019a e 2019b) e Santos (2011 e 2013).

Ironides Rodrigues nasceu em 7 de setembro de 1923, em Uberaba, Minas Gerais. Filho de uma doméstica, Maria Rita, com um motorista, Altamiro, que se afastou da família quando Ironides e seu irmão eram ainda pequenos. O episódio provocou traumas na trajetória familiar: a mãe se tornou depressiva e alcóolatra. Apesar de todas as dificuldades, Ironides conseguiu finalizar seu curso ginásial em Uberlândia. Já naquele período, o jovem sofreu um dos primeiros preconceitos raciais que muito o marcou, conforme declarou em seu diário: um professor rejeitou a escolha dos demais estudantes para que ele fosse o orador da turma, declarando que não havia condições de um aluno negro falar em nome dos alunos (RODRIGUES, 1998a).

Ainda em Uberlândia, o jovem manteve contatos produtivos com o ator Chico Pinto, irmão do também ator Grande Otelo: ambos editaram, por um curto período, o jornal *A Raça*. Em 1944, com 21 anos, Ironides Rodrigues transferiu-se para a então Capital Federal, o Rio de Janeiro, e ingressou no prestigiado Colégio Pedro II, onde aperfeiçoou seu conhecimento de língua francesa. Posteriormente, tornou-se professor dessa instituição e crítico de filmes do cinema francês.

Em fins da década de 1940, Ironides ingressou na prestigiada Faculdade Nacional de Direito (FND). Foi nesse período que também ingressou no TEN, graças aos primeiros contatos com o amigo e ator Aguinaldo Camargo. Desde então, juntou-se aos novos companheiros Abdias Nascimento, Sebastião Rodrigues Alves, José Pompílio da Hora, dentre outros.

Durante a graduação, Ironides passou por sérias dificuldades financeiras, chegando a habitar as ruas da cidade. Trabalhou como garçom, lanterninha e bilheteiro para viabilizar seus estudos. Atuou também como professor particular de francês, tradutor, crítico de cinema e de literatura até ingressar como funcionário no antigo Ministério do Trabalho. São poucas as informações relativas à sua atuação nas décadas de 1960 e 1970. Sabemos que se formou em Direito somente em 1974, ou seja, 30 anos após ingressar na FND. Dedicou seu diploma aos negros, aos operários, aos *gays*, às

prostitutas, aos marginalizados, aos índios e a todos perseguidos pela máquina capitalista (RODRIGUES, 1998b).

No Rio de Janeiro, viveu em diferentes bairros como Lapa, Flamengo e Laranjeiras e escreveu crônicas sobre essas regiões da cidade. Após comprar um pequeno imóvel que desejava transformar em biblioteca pública, mudou-se para Bento Ribeiro, bairro do subúrbio carioca, onde viveu até o fim da vida, produzindo interessantes crônicas sobre aquele universo. Morreu em 17 de julho de 1987¹⁷, aos 63 anos de idade, legando-nos uma vasta biblioteca, além de manuscritos, traduções, críticas de cinema, trabalhos educacionais e estudos relativos ao pan-africanismo e à negritude.

Importante destacar que o movimento pan-africanista remonta ao fim do século XIX, no limiar dos movimentos abolicionistas. Nos Estados Unidos, foi iniciado por intelectuais como Du Bois e Garvey que defendiam uma unidade política africana a partir do reagrupamento de diferentes culturas, línguas, dialetos proibidos ou limitados pelos colonizadores. Além disso, o movimento defendia a descolonização africana, posto que a África ainda vivia sob o jugo de países europeus (HERNANDEZ, 2005.)

No Brasil, Abdias Nascimento e Ironides Rodrigues foram importantes divulgadores desse movimento no Brasil a partir da segunda metade do século XX (BARBOSA; COSTA, 2019). Na leitura dos diários de Ironides Rodrigues, fica visível que o autor considerava o processo imperialista e colonialista do mundo europeu o responsável por toda desunião cultural de pessoas negras na África e em suas diásporas. Sua proposta era uma luta pan-africanista que fosse capaz de denunciar as mazelas do imperialismo e unificar todas as sociedades historicamente precarizadas (PREDEBON, 2019b).

¹⁷ Os últimos momentos foram assistidos pela amiga, médica e militante do movimento negro Edialeida Salgado do Nascimento. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6X3Q-5BV?i=136&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AWYGB-11N2>. Acesso em: 01 mar. 2021.

Foi a partir da militância e do ativismo que Ironides Rodrigues buscou dessencializar os discursos colonialistas referentes ao povo africano e diaspórico. Além disso, a partir de uma estética negra e da valorização do ser negro no pensamento social brasileiro, ele estabeleceu diálogos afrocentrados na politização e no ativismo do povo negro por meio de práticas educacionais e conferências. As experiências negras, a partir do século XX, após o colapso do sistema escravocrata em diferentes localidades das Américas e Antilhas, colocaram negros pela primeira vez como protagonistas políticos, epistêmicos e históricos de suas próprias narrativas. Conseqüentemente, surgiram outros pensadores, contextos e conceitos, como é o caso da negritude.

O termo negritude surgiu na França em 1938, a partir dos poemas e textos do intelectual Aimé Césaire e de outros como Léopold Senghor. O conceito se relaciona a um movimento que buscou exaltar os valores culturais da população negra frente a qualquer dominação e impulsionar a independência do continente africano, que vivia sob o domínio de diferentes países da Europa, conforme estabelecido na Conferência de Berlim (HERNANDEZ, 2005.)

No Brasil, um dos pioneiros a adotar o conceito foi Ironides Rodrigues. Em seus diários, declarou ter lido Aimé Césaire e outros poetas francófonos. Ironides entendia a negritude como a possibilidade de protagonismo de pessoas negras a partir de seus próprios valores estéticos. Nesse sentido, sua militância refletia-se também em suas peças de teatro, em que destacava o protagonismo de sujeitos negros¹⁸.

Assim, o alvo do intelectual Ironides Rodrigues nos usos da negritude no campo educacional, cultural e político foi, antes de tudo, uma denúncia sobre o colonialismo como uma ruptura cultural sobre os povos originários do continente africano, cujas subjetividades e culturas teriam sido roubadas pela Europa. Então, o pan-africanismo, a politização, a arte e a estética, aliadas à intelectualização de pessoas negras seriam

¹⁸ As peças de teatro de Ironides Rodrigues *Sinfonia da Favela*(1957) e *Agonia do Sol* (1952?) buscam, justamente, protagonizar o negro de forma positivada.

formas de combater o jugo colonial e opressor que caracterizava o debate e a situação racial brasileira à época de Ironides Rodrigues.

É neste sentido que defendemos a apropriação e a divulgação do seu pensamento na educação básica. Para tal, os marcos legais oferecem diversos subsídios que permitem o desenvolvimento de uma série de trabalhos a partir de suas propostas. A Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) alterou a Leis de Diretrizes e Bases da Educação 9.493/96 (BRASIL, 1996), tornando obrigatório o ensino de história e culturas afro-brasileiras, e está reverberada na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). O objetivo é ser referência na formulação de currículos nas esferas públicas e privadas de forma que essas discussões perpassem todo currículo escolar, em especial nas áreas de linguagem e história. Na BNCC estão descritas dez competências gerais da Educação Básica que são desmembradas em habilidades e competências específicas.

Uma das possibilidades de levar o pensamento de Ironides Rodrigues para as aulas de arte é trabalhar as matrizes estéticas e culturais e tentar atender à habilidade EF69AR33 que propõem analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando narrativas eurocêntricas. Assim, apresentar esse intelectual e os conceitos de pan-africanismo e negritude por ele difundidos no Brasil podem ser de grande relevância para uma proposta de descolonizar pensamentos, valorizar a cultura negra e apresentar pensadores e artistas brasileiros.

Os escritos deixados por ele, muitos ainda não publicados, revelam a possibilidade de excelentes trabalhos em diversas áreas: na alfabetização de adultos propõe a formação de uma consciência negra e a problematização de discursos eurocêntricos. Na literatura, para além de seus escritos como crítico literário, ele apresenta diversos autores e análises de suas obras. No ensino de língua estrangeira, ele traduziu as ideias dos pensadores negros franceses para divulgá-las em nosso país.

A formação de professoras/es é um importante campo para se apropriar desse intelectual que esteve atento aos trabalhos de outros intelectuais negros contemporâneos

ou históricos: suas análises sobre a produção do sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira e seus apontamentos biográficos relativos a Dom Silvério Gomes, primeiro arcebispo negro da cidade de Mariana (MG), revelam sua preocupação intelectual, histórica e social ao politizar o povo negro a partir de exemplos concretos no diálogo prático – militante – e teórico – negritude e pan-africanismo – com artistas de vanguarda, a militância e a base do movimento da segunda metade do século XX.

Indicação: Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. S; COSTA, T. G. S. Negritude e pan-africanismo no pensamento social brasileiro: A trajetória de Ironides Rodrigues (1923-1987). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, p. 1-21, 2019.
- BRASIL. Lei 9.394/96. **Diário Oficial da União, 13 de julho de 1996.**
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 2003.**
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Base Nacional Comum Curricular. **Brasília, DF: MEC, 2017.**
- CEVA, A. L. A. **O negro em cena: A proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro (1944-1968).** 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Católica Universidade do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2006.
- HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.
- PREDEBON, G. S. **A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para A Marcha (1954-1962).** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestrado em História, Porto Alegre, 2019a.
- PREDEBON, G. S. Cinema, integralismo e militância negra: a trajetória de Ironides Rodrigues e suas colunas em *A Marcha* (1954-1962). **ANPUH-Brasil: Anais do 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019b.** p. 1-16.
- RODRIGUES, I. Diário de um negro atuante [1980]. In: NASCIMENTO, Abdias et al (Orgs.). **Toth, escriba dos deuses – Pensamento dos povos africanos e afrodescendentes.** Brasília, v. 4, p. 121-145, 1998a.

SANTOS, G. R. **O pensamento educacional de Francisco Luércio e Ironides Rodrigues**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Uberlândia, 2013.

SANTOS, G. R. Uma história de vida e de trabalho: o educador Ironides Rodrigues. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo.

REGINA CÉLIA FERNANDES CRUZ

A ascensão de uma filha da classe pobre: uma representatividade acadêmica

REGINA CÉLIA FERNANDES CRUZ

The rise of a daughter of the poor class: an academic representation

Robson Borges Rua¹⁹

Resumo: Regina Célia Fernandes Cruz é Profa. Dra. do Curso de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA). Um dos principais nomes da pesquisa na área da Linguística na Região Amazônica, seu foco de investigação direciona-se para a variação linguística, aspectos fonéticos, variação fonológica e fala espontânea, fenômenos prosódicos. A pesquisadora já contribuiu significativamente para o panorama dos estudos linguísticos no país. Ainda que já tenha construído um legado expressivo, a linguista vive alguns desconfortos no que diz respeito às relações interpessoais, uma vez que sua origem, mulher negra da classe pobre, torna-se objeto de apagamento social e intelectual por parte de alguns personagens que atuam na mesma esfera profissional da pesquisadora. Esse texto narra não somente os feitos, mas também o preconceito na trajetória de Regina Célia Fernandes Cruz.

Palavras-chave: Linguista. Mulher negra. Apagamento social. Racismo.

Abstract: Regina Célia Fernandes Cruz is Professor. Dr. from the Letters Course at the Federal University of Pará (UFPA). One of the main names in research in the field of Linguistics in the Amazon region, his research focus is directed to linguistic variation, phonetic aspects, phonological variation and spontaneous speech, prosodic phenomena. The researcher has already contributed significantly to the panorama of linguistic studies in the country. Although she has already built an expressive legacy, the linguist experiences some discomforts with regard to interpersonal relationships, since her origin, a black woman from the poor class, becomes an object of social and intellectual erasure by some characters who act in the same professional sphere as the researcher. This text narrates not only the deeds, but also the prejudice in the trajectory of Regina Célia Fernandes Cruz.

Keywords: Linguist. Black woman. Social erasure. Racism.

¹⁹ Robson Borges Rua é Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA). robsonrua@ufpa.br



Regina Célia Fernandes Cruz ²⁰

Os relatos apresentados neste texto descrevem a imagem e a trajetória de uma importante pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA): Regina Célia Fernandes Cruz. Atualmente, é coordenadora do Curso de Letras da referida instituição. Certamente, o espaço ocupado pela pesquisadora, hoje, é resultado de muita dedicação ao desenvolvimento da ciência no país.

Regina Cruz nasceu no dia 30 de junho do ano de 1966. Foi gerada por Levindo dos Santos Cruz e Antônia Fernandes Cruz. Nasceu em um bairro da periferia da cidade de Belém, chamado Jurunas. Sua família é de origem muito humilde. O pai trabalhava como motorista de ônibus na cidade de Belém, e sua mãe exercia a função de serviços gerais em um renomado curso de língua estrangeira, Aliança Francesa, sediado na capital do estado do Pará.

²⁰ Acesso à plataforma Lattes da pesquisadora: <http://lattes.cnpq.br/3307472469778577>

Dona Antônia Fernandes Cruz conseguiu uma bolsa para que sua filha estudasse francês na Aliança Francesa. Regina Cruz abraçou a oportunidade de aprender uma nova língua. Foi para a escola de idiomas onde teve a possibilidade de conhecer não somente o francês, mas também o incômodo que a classe privilegiada sentia ao se deparar, na turma, com uma aluna negra da periferia. Aliás, esses holofotes do preconceito incidem sobre a pesquisadora até hoje, em seu próprio local de trabalho.

Em relação ao campo profissional, Regina Cruz atua incansavelmente na pesquisa acadêmica, contribuindo de forma expressiva para a área dos estudos linguísticos no Brasil. Graduada em Letras pela UFPA (1987) e Mestra em Linguística pela UFSC (1992), Regina desenvolveu importantes pesquisas sobre aspectos fonéticos e fonológicos no falar paraense.

No ano de 1996, Cruz foi aprovada na seleção de Doutorado da Universidade de Provence Aix Marseille I, na França, onde, ao longo de quatro anos, desenvolveu a tese “Análise fonológica e acústica do português falado nas comunidades quilombolas da Amazônia”, defendida no ano de 2000. O que despertou o interesse daquela jovem pesquisadora para a área dos estudos fonológicos foi a sua participação em um evento científico, no qual a temática principal era a prosódia. Desde então, Regina Cruz passou a direcionar seu foco de atenção para esse nível de análise gramatical.

Como professora e pesquisadora da Universidade Federal do Para, Regina desenvolveu e desenvolve importantes projetos e parcerias, como o projeto internacional AMPER (Atlas Prosodique Multimedia de l'Espace Roman) coordenado pela Université de Grenoble (França). Foi pesquisadora visitante da New York University (2010-2011) na condição de bolsista CAPES/FULBRIGHT, da Universidade de Aveiro (2009) e do Laboratório de Fonética da University of Cambridge (1997). Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D.

Chama atenção o recorte que a pesquisadora realiza em seus trabalhos acadêmicos. Contemplando o aspecto da variação linguística, Cruz insere no debate

acadêmico variedades que antes eram consideradas marginais no panorama linguístico. Essa postura da pesquisadora, na academia, de certa forma, reflete a sua própria raiz, em que a mulher negra, nascida na periferia da cidade de Belém, passou a ocupar o espaço da notoriedade científica da pesquisa no Brasil, que há muito foi delegado a pessoas brancas e de classes privilegiadas.

Apesar da posição de destaque que a pesquisadora paraense apresenta, hoje, no cenário acadêmico, percebe-se que sua relação interpessoal dentro dos muros universitários não acompanha os feitos da linguista. Tal questão deve-se ao fato de a pesquisadora não se enquadrar nos padrões sociais, os quais tomam como referência membros da elite da sociedade.

Mesmo com uma produção acadêmica expressiva, a imagem de Regina Cruz é posta em avaliação quanto ao fator aceitação, pois por mais que seus feitos em termos de pesquisa sejam considerados, a origem da pesquisadora, mulher pobre que não se moldou aos padrões da classe elitista para ser aceita como docente de uma Instituição Federal de Ensino, tem sido o alvo de ataque, até de forma inconsciente, das personagens que compõem a esfera universitária.

Práticas dessa natureza, infelizmente, ainda são muito comuns quando membros de grupos menos privilegiados socialmente chegam a uma posição de destaque. O desconforto das personagens tende a gerar um apagamento social, em uma luta constante de deslegitimação da capacidade dos sujeitos, de camadas sociais inferiores, que conseguem furar o bloqueio desmedido e perverso do “classismo” e do racismo que se constrói por puro preconceito.

Na entrevista²¹ concedida pela própria pesquisadora, Regina Cruz, percebe-se, nitidamente, o incômodo da elite que, na década de 1980, ocupava em quase sua totalidade as vagas destinadas ao curso de Letras da Universidade Federal do Pará. De acordo com Cruz, era contado o número de discentes da classe menos privilegiada que

²¹ Entrevista concedida no dia 31 de agosto de 2020.

ingressavam no Curso de Letras, e ainda assim, esse pequeno número parecia incomodar os membros da elite, ocupante das vagas do referido curso.

Esse registro enfatiza uma questão tão cara e significativa à história do Brasil: política de ações afirmativas, mais precisamente conhecida como sistema de cota. Implementada no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o sistema de cota possibilitou a busca pela redução das desigualdades sociais no acesso às Instituições de Ensino Superior do país.

Foram atitudes opressoras vivenciadas por Cruz e por um pequeno número de membros da classe pobre, que conseguiram furar a “cortina de ferro” da elite social e científica, que despertaram na liderança do Poder Executivo o interesse em reduzir os contrastes e os privilégios sociais que a classe dominante detinha desde o período colonial.

Ainda que fosse pouco expressiva, a presença dos sujeitos menos privilegiados nas universidades foi fundamental para a idealização de uma política inclusiva de governo. Se hoje, as classes consideradas abastadas podem desfrutar do acesso ao ensino superior com menos dificuldades, deve-se, em grande parte, aos ecos do clamor em busca de reconhecimento e igualdade social bradados por pessoas das classes mais pobres, de onde veio a pesquisadora Regina Cruz.

A pensar fundo na questão, mais do que superar o problema do contraste social presente nos cursos das Instituições Federais de Ensino do país, é preciso combater a prática colonial da relação entre mais favorecidos e menos favorecidos no interior das universidades. Apesar de Cruz atuar há mais de duas décadas no desenvolvimento da ciência na UFPA, suas relações interpessoais ainda são marcadas por conflitos ideológicos e sociais.

É claro que esse conflito não se estende para todos os sujeitos que atuam na universidade, pois Regina Cruz também pôde contar com aliados. Dentre estes, destaca-se a figura da Prof. Dra. Zélia Amador de Deus, mulher negra, fundadora do Centro de

Estudos e Defesa dos Negros do Pará e Professora Emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A Dra. Zélia Amador atuou como diretora do Centro de Letras e Artes da UFPA, no período de 1989 a 1993. Foi nesse período que Zélia contribuiu de forma expressiva para o legado da pesquisadora Regina Cruz. A diretora do Centro de Letras e Artes encaminhou Regina Cruz para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cametá, que por sua vez, foi responsável em apresentar os líderes dos quilombos do município para Regina Cruz.

Depois de estreitar laços com os líderes quilombolas de Cametá, Cruz passou a realizar pesquisa de campo diretamente nos quilombos Mola, Laguinho, Tomázia e Juaba. O objetivo da pesquisadora era coletar informações de natureza linguística nessas regiões, a fim de descrever as suas variedades.

Em relato, na entrevista, Cruz destaca que sua chegada às comunidades quilombolas deu-se de forma bastante tranquila. A pesquisadora deslocava-se sozinha para as regiões de quilombo, e para ela, isso, de certo modo, atraía a confiança dos moradores dos quilombos.

Outro ponto crucial que estreitava a relação entre a pesquisadora e os membros das comunidades era a relação de identidade entre ambas as partes. Por ser uma mulher negra, Regina Cruz era vista como uma representatividade para os quilombolas. Mais uma vez, destaca-se o papel de pessoas negras nas posições de destaques do desenvolvimento de pesquisas no país.

Como pesquisadora, Cruz além de coletar informações para o seu projeto de pesquisa, certamente, lançou também a semente da inspiração entre os membros dos quilombos. Um exemplo disso é a pesquisadora Benedita do Socorro Pinto Borges²², que é cria do quilombo, motivada pela pesquisa de Cruz. De certa forma, a história da

²² Pesquisadora que fez mestrado e, atualmente, faz doutorado com a Profa. Dra Regina Cruz.

pesquisadora se entrelaçava, em alguns momentos, com a história de vida dos quilombolas, pois ambos já vivenciaram, de alguma forma, exclusões sociais.

Chama-se a atenção para as possíveis leituras que os integrantes do quilombo faziam da imagem de Regina Cruz. “Mulher inteligente”, “pesquisadora”, “gente como a gente”. Todas essas afirmações refletem, de algum modo, uma admiração pela pessoa de Cruz. Essa admiração, pode se tornar, futuramente, motivação.

Mais uma vez, destaca-se a política de ações afirmativas do Governo Lula, em relação ao sistema de cota. Por meio dessa política, tornou-se possível o acesso, com menos barreira, de quilombolas às Instituições Federais de Ensino Superior. O que antes parecia ser apenas uma admiração e um sonho por parte dos jovens das comunidades, hoje, passou a ser uma realidade.

Por isso, as universidades precisam cada vez mais eliminar as barreiras dos contrastes sociais. A ascensão das classes pobres às universidades proporciona um legado significativo que Regina Cruz ajudou a construir ao longo de sua trajetória acadêmica: a representatividade.

Além desse legado, Cruz já produziu dezenas de artigos científicos acerca dos estudos fonológicos e da variação linguística na Amazônia. A linguista também já orientou diversos trabalhos a nível de graduação, mestrado e doutorado. Como forma de fazer uso do legado de Regina Cruz, propõe-se uma atividade pedagógica acerca do simbolismo sonoro, trabalhados na literatura por Cruz e Fernandes (2004), Cruz (2000a), Cruz (2000b), Borges (1981) e Araújo (1989). O intuito da atividade é despertar a atenção dos alunos para a diversidade linguística.

O arraiá em Cametá

*Na festa de São João, em Cametá, as pessoas comem **teteé** bolo de macaxeira. Além de comerem bolo, elas também dançam o siriá durante toda a festa. Os pés das pessoas chegam a ficar cansados **teteé**. Mas o cansaço não impede os cametaenses de se divertirem **teteé**.*

Após a leitura do texto, o(a) professor(a) deve comentar sobre o valor semântico dos termos em destaque no texto. O objetivo é fazer com que os alunos percebam que os termos em destaque tratam-se de um intensificador. Após essa constatação, deve-se realizar um debate acerca da variação linguística, a destacar marcas linguísticas de uma região do estado do Pará, ajudando, assim, no combate contra o preconceito linguístico. A atividade deve ser aplicada aos alunos do **9º Ano do Ensino Fundamental**.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. S. de. **Aspectos da língua Gavião- Jê: vocabulário**. 1989. Tese (Doutorado) - Rio de Janeiro.
- BORGES, L. C. **A língua geral amazônica: aspectos de sua fonêmica**. 1991. 98 f. Dissertação (Mestrado) – IEL /Unicamp.
- CRUZ, R. Sound Symbolism in Brazilian Portuguese: a study of ideophones. In: **The proceedings of the conference gesture: meaning and use**, Porto (Portugal): Universidade de Fernando Pessoa, 2000a.
- CRUZ, R. **Analyse phonologique et acoustique du portugais parlé par des communautés noires de l'Amazonie (Brésil)**. 2000b. Tese (Doutorado) – Université de Provence.
- CRUZ, R.; FERNADES, H. Simbolismo sonoro do PB: o estudo dos ideofones. **Revista Estudos Linguísticos**. – Belo Horizonte. v. 12, n. 2, pp. 439-458, 2004.

LUZIA MOTA:

Uma intelectual orgânica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

LUZIA MOTA:

An organic intellectual from the federal network of professional, scientific and technological education

Caliane Costa dos Santos da Conceição²³

Danilo Almeida Souza²⁴

Resumo: Luzia Matos Mota, mulher negra e periférica, nasceu no bairro de Castelo Branco na cidade de Salvador-BA. Hoje, é uma figura pública de grande relevância para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Não há quem ingresse no Instituto Federal da Bahia (IFBA), sobretudo no campus Salvador, e não a conheça. Constituiu-se como intelectual orgânica da Rede Federal, a partir da sua práxis pedagógica, e, atualmente, através de uma gestão comprometida com as questões sociorraciais, destaca-se com a criação da Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (DPAAE).

Palavras-chave: Luzia. Cientista. Reitora. Mulher Negra.

Abstract: Luzia Matos Mota, black and peripheral woman, was born in Castelo Branco, in the city of Salvador-Bahia. Nowadays, she is a public figure of a great relevance for the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. There is no one who enters the Federal Institute of Bahia (IFBA) that does not know her, mainly at Salvador campus. She constituted herself as an organic intellectual of the Federal Network, from her pedagogical praxis and, recently, through a committed management with the social and racial issues, in which we highlight the creation of the Systemic Direction of Affirmative Politics and Students' Issues (DPAAE).

Keywords: Luzia. Scientist. Dean. Black Woman.

²³ Caliane Costa dos Santos da Conceição é Graduada em Pedagogia pela UFRB, especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena – IFBaiano, mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT/IFBA. É coordenadora pedagógica da rede estadual da Bahia.

²⁴ Danilo Almeida Souza é Licenciado e mestre em Física pela UESC e doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências – UFBA/UEFS. É docente do Instituto Federal da Bahia – IFBA, campus Ilhéus e professor permanente do programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT/IFBA.



Luzia Mota²⁵

Luzia Matos Mota nasceu na periferia de Salvador-BA, no bairro de Castelo Branco, fazendo parte de uma família de sete irmãos cujos pais sempre acreditaram que a educação poderia ser um passaporte para a ascensão social. Fez toda sua trajetória escolar em instituições públicas, inclusive na Escola Técnica Federal da Bahia, hoje, Instituto Federal da Bahia, da qual é Reitora.

Mulher negra e com grande contribuição na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), Luzia é professora do Instituto Federal da Bahia (IFBA) com larga atuação e pioneirismo na consolidação dos estudos acerca da educação profissional no estado da Bahia. Trazemos Luzia para a seção de intelectualidades negras brasileiras da revista *África e Africanidades* no intuito de apresentar sua trajetória pessoal, profissional e acadêmica, que se constituem uma representação para mulheres negras que contribuem para a consolidação da ciência no Brasil. Os dados trazidos neste artigo são frutos de uma entrevista realizada em agosto

²⁵ Imagem cedida pela Professora Luzia Mota.

de 2020 para a pesquisa de mestrado intitulada: Cientistas Negras em Primeira Pessoa: (in)visibilidade e silenciamentos na EPT do PROFEPT/IFBA.

O ingresso na escola técnica na década de 1980 representou um divisor de águas na sua vida, pois, foi necessário romper os laços comunitários das escolas de bairro que frequentava, para vivenciar uma experiência singular em que a dinâmica pedagógica transformou completamente sua trajetória, tanto do ponto de vista pessoal, no que tange as relações interpessoais com sujeitos de diferentes classes sociais, raça etc., o que lhe tornou mais retraída por não ter construído um processo de afiliação com a instituição e seus sujeitos, quanto do ponto de vista didático-pedagógico favorecendo a construção de uma autonomia intelectual, que possibilitou traçar outros objetivos a partir dali.

Após a conclusão dos estudos na escola técnica, voltou-se exclusivamente para o mundo do trabalho, fez estágios e trabalhou em oficinas colocando em prática os conhecimentos adquiridos durante a sua formação. Um elemento que marca sua transição do ensino médio para o superior foi a falta de orientação quanto ao que fazer nesse processo, tinha clara a ideia de que precisava trabalhar para manter-se, já que fazia parte de uma família economicamente hipossuficiente. Sentia que tinha muito potencial, mas não havia no seu entorno pares mais experientes que pudessem lhe orientar quanto aos possíveis caminhos que poderia trilhar. Foi, então, dando passos de forma individual e sem muito planejamento de onde iria chegar.

Cerca de três anos depois da conclusão do ensino médio decidiu prestar vestibular, para tanto, deixou o trabalho e dedicou-se um ano em um cursinho preparatório, no qual foi bolsista. No final de 1987 fez o vestibular na Faculdade Católica de Salvador para o curso de Direito e na Universidade Federal da Bahia (UFBA) para Física, tendo optado por cursar Física devido à afinidade com a área, por ter cursado eletrônica em curso de nível técnico. Soma-se a isso o fato de não ter condições de manter-se em uma faculdade privada, sobretudo em um curso de alto prestígio social. Durante esse período também logrou aprovação no concurso para a Empresa Baiana de

Processamento de Dados – PRODEB, tornando-se uma estudante trabalhadora durante seu processo de formação acadêmica que durou cerca de seis anos.

Estar na condição de estudante trabalhadora em uma universidade elitista, como era UFBA, naquele período, a fez enfrentar inúmeros desafios, por ser considerada uma estudante “de segunda classe”, como afirma. Ser tolerada, mas não aceita naquele espaço, sobretudo por ser uma mulher negra que não tem a pele retinta –preta– lhe deu essa passabilidade em alguns espaços sociais, mantendo as devidas diferenciações. A ausência de mulheres e homens negros lhe negou referências positivas nas quais pudesse se projetar, se tornando naquele ambiente o “outro”, conforme aponta Grada Kilomba: “a personificação de aspectos repressores do “eu” do *sujeito branco*” (KILOMBA, 2019, p. 38).

Mesmo com tantos desafios, Luzia acredita que a escola foi a base da sua formação e da construção do seu ser, pois lhe possibilitou galgar postos de trabalho, conseqüentemente, uma sustentabilidade material e o acesso a bens e serviços que foram fundamentais para ampliar seu repertório (livros, cinema, teatro etc.) e participar de fenômenos culturais, lhe permitindo estar em outros lugares para além daqueles predestinados para as pessoas da sua origem social. É nesta interconexão de classe, raça e gênero que sua trajetória enquanto docente foi sendo construída, em um processo de transgressão daquilo que foi naturalizado para pessoas com este perfil.

Luzia se tornou uma intelectual cuja produção é marcada por teorias críticas, que se opõe ao ideal de neutralidade e tecnocracia postulados pela ciência hegemônica, em suas palavras: “meu papel nesse ambiente como uma cientista, é no sentido de fazer a crítica a essa forma de produção de ciência e tecnologia que nós estamos vendo hoje, a minha participação na comunidade científica é uma participação crítica” (MOTA, 2020). A ciência para ela deve estar voltada à resolução de problemas de todas as esferas sociais, ou correrá o risco de estar a favor da reprodução das desigualdades sociais.

Sua produção intelectual está voltada prioritariamente para a educação profissional, especificamente a RFEPCT e as interseções com os estudos sociais da ciência e tecnologia, desenvolvimento regional, formação de professores e a democracia em instituições públicas. Pode-se afirmar, a partir disso, que Luzia Mota constituiu-se como uma intelectual orgânica da RFEPCT, pois teve parte do seu processo formativo na educação básica e sua construção profissional como cientista no Instituto Federal e, a partir disso, produz conhecimentos sobre esta realidade endógena, forma novas (os) profissionais no processo de ensino, orientação e supervisão nos diferentes projetos e programas que coordenou na sua trajetória e faz a divulgação científica deste processo.

Marçal (2012) em *A Formação de Intelectuais Negros (as)* afirma, em uma perspectiva Gramsciana, que o “fator determinante para a diferenciação do intelectual orgânico está na capacidade de elaboração crítica da própria realidade histórico-social” (MARÇAL, 2012, p. 67), a consciência do pertencimento a esse grupo social, do processo histórico e das contradições deste contexto é o que marca o/a intelectual orgânico/a. Esse é o papel desempenhado pela professora Luzia Mota em relação à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a prática e a reflexão crítica sobre ela - a práxis. Este é um debate que precisa ser construído na academia: que tipo de intelectuais estamos formando? Orgânicos ou tradicionais? Para manter as estruturas e relações de poder ou para romper com elas e promover políticas democráticas, antirracistas e anticapitalistas? O debate sobre estas questões pode ser feito a partir do estudo de biografias como da Professora Luzia Mota.

Os Institutos Federais são instituições voltadas para a formação, para o trabalho. Nesse sentido, Luzia compreende o seu papel, enquanto intelectual, e o dos institutos como uma brecha construída dentro do sistema, que viabiliza uma formação de qualidade para as/os estudantes e possibilita que saiam com uma qualificação profissional. Diferente das universidades que têm, historicamente, um papel de formação intelectual, sobretudo, para as classes mais altas, os Institutos Federais

acolhem a classe trabalhadora, oferecendo uma formação não apenas para o trabalho, mas de cultura geral baseada nos interesses e necessidades dos sujeitos:

Eu penso como se o Instituto Federal fosse uma brecha dentro desse sistema, é como se fosse contradição do próprio sistema, porque ele está para formar trabalhadores, para ser subalterno. Mas, a forma como ele é constituído acaba dando ao trabalhador um elemento de crítica, isso é muito perigoso para o próprio sistema (MOTA, 2020).

Luzia coordenou o processo de implantação do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, no IFBA campus Salvador, um mestrado que se propõe a formar profissionais da rede e também a comunidade em geral interessada na proposta. O PROFEPT na condição de mestrado profissional, tenta romper com a lógica acadêmica livresca de produções que não chegam ao público que mais precisa, uma vez que se propõe a construir Produtos Educacionais - P.E., que auxiliem o trabalho pedagógico na educação básica. É nesta perspectiva que pode-se propor uma discussão teórica sobre “a que(m) serve a produção de conhecimentos acadêmicos”, em diálogo com a colonialidade do saber discutida por **Aníbal Quijano** e com as **Epistemologias do Sul** de Boaventura Sousa Santos.

Desde 2006 o IFBA adotou a política de cotas sociorraciais e, atualmente, na gestão da Reitora Luzia Mota criou a Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE, importante instrumento para acompanhamento das ações afirmativas. Esse é um claro movimento no sentido de pensar para além do acesso a instituição, evidenciando a necessidade de debater, de modo prioritário, as políticas de permanência e de formação continuada desse público, que com muito louvor passa a povoar o IFBA.

Em suma, a trajetória de Luzia Mota representa a resistência de um “corpo fora do lugar”, que transgrediu as barreiras do racismo cordial, da opressão de classe e do sexismo estruturais que se institucionalizaram nos espaços sociais por onde percorreu.

Mulher negra que vem da periferia e produz a partir deste lugar, movendo-se entre a margem e o centro enquanto intelectual orgânica e cientista.

REFERÊNCIAS

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARÇAL, J. A. **A formação de intelectuais negros (as)**: políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. Belo Horizonte: Nadyala, 2012.

MOTA, L. M. **Entrevista concedida** a Caliane Costa dos S. da Conceição. Salvador, 30 de Julho de 2020.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires, 2006.

SANTOS, B. S. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almeidina, 2009.

ENTRE CARTAS, DIÁRIOS E POEMAS:

Indícios da trajetória de uma professora afroindígena no sul da bahia

BETWEEN LETTERS, JOURNALS AND POEMS:

Evidence of the trajectory of an afro-indigenous teacher in the south of Bahia

Fabília dos Santos Dantas²⁶

Marcelo Gomes da Silva²⁷

Resumo: O artigo visa discutir e apresentar alguns traços da trajetória profissional da professora Maria Ângela Ramos Bezerra, uma mulher baiana, Afro-indígena e muito atuante na cidade de Itajuípe, localizada no sul da Bahia. No levantamento realizado, até o momento, no acervo municipal, encontramos diários, jornais e cartas de autoria da própria Ângela. A partir desse acervo, constatamos que a professora participou de importantes movimentos educacionais e se destacou como poetisa. A pesquisa documental terá a perspectiva histórica como fundamentação, tendo o seu referencial teórico construído a partir do campo da História da Educação da população Negra. A pesquisa contribuirá para a ampliação da temática, demonstrando que os estudos regionais dialogam com uma estrutura histórica nacional.

Palavras chave: História da Educação. Trajetória Docente. Atuação Feminina.

Abstract: The article aims to discuss and present some features of the professional trajectory of teacher Maria Ângela Ramos Bezerra, who was a Bahian woman, Afroindigenous and very active in the city of Itajuípe, located in southern Bahia, Brazil. In the survey carried out so far in the municipal collection, we found diaries, newspapers and letters, by Angela herself. From this documental collection, we observe that the teacher participated in important educational movements and she stood out as a poet. The documentary research will have the historical perspective as its foundation, having its theoretical framework built from the field of History of Education of the Black population. The research will contribute to the expansion of the theme, demonstrating that regional studies can dialogue with a national historical structure.

Keywords: History of Education. Teaching trajectory. Female acting.

²⁶ Fabília dos Santos Dantas é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz, PPGE/UESC. Membro do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPHED/UESC. Bolsista FAPESB. E-mail: fabricia-dantas@outlook.com

²⁷ Marcelo Gomes da Silva é Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz, DCIE/PPGE/UESC. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPHED/UESC. E-mail: mgsilva@uesc.br



Maria Ângela Ramos Bezerra²⁸

Nos últimos anos, os estudos no campo da História da Educação têm revisto algumas proposições consolidadas nos manuais da área e muito utilizadas nos cursos de formação de professores. Entre elas, considerou-se, por muito tempo, a inexistência de homens e mulheres negros (as) atuando como professores (as) e intelectuais. Rompendo com essa visão, em levantamento minucioso, Surya Barros (2018) nos apresenta uma vasta bibliografia com trabalhos que apontam a presença de homens e mulheres negras (as) professores em diferentes espaços.

Assim como a autora supracitada, Marcos Vinícius Fonseca (2000) e Adriana Silva (2002) também demonstraram em suas pesquisas que, desde o século XIX, é marcante a presença desses sujeitos nos espaços escolares, seja como professores (as) ou alunos (as). A partir deste arcabouço empírico e teórico, apontamos a necessidade de rompermos com o silenciamento e invisibilidade, por parte da História da Educação, das pessoas antes “excluídas da História”.

²⁸ Foto disponível em: <https://www.facebook.com/bronca.itajuipe.5/posts/634254600627623>.

Nesse sentido, este artigo, fruto de uma pesquisa ainda em andamento²⁹, visa discutir e apresentar alguns traços da trajetória profissional da professora Maria Ângela Ramos Bezerra, uma mulher baiana, Afroindígena e muito atuante na cidade de Itajuípe, localizada no sul da Bahia. Acreditamos que a pesquisa contribuirá para a ampliação da temática, demonstrando que os estudos regionais dialogam com uma estrutura histórica nacional, alicerçada a partir do racismo. No entanto, não podemos considerar a atuação de mulheres, a exemplo de Maria Ângela, como algo atípico ou exceção.

O levantamento realizado até o momento, apesar de inicial, nos dá indícios da trajetória da professora. No acervo municipal, encontramos diários, jornais e cartas que são escritos da própria autora. Além disso, outros documentos estão sob a guarda da família e serão disponibilizados para a pesquisa. A partir desse acervo, constatamos que a professora participou de importantes movimentos educacionais, foram eles: integrou o Grupo CARA, (Comissão dos Amigos do Rio Almada), movimento que visava a prevenção do rio Almada a partir de palestras, oficinas em escolas de toda a região; Fundou e foi Conselheira do COMMAM, (Conselho Municipal de Meio Ambiente), liderando importantes debates e projetos sócio-ambientais; foi membro da Fundação Lourdes Lucas, a qual ajudou a fundar e visava assistência médica, gratuita à população Itajuipense; Fundou o Instituto Diógenes Vinhaes, o qual visava preservar a história de Itajuípe, a partir de ações educacionais, exposições artísticas e fotográficas. Estas ações, parte de sua atividade política, foram importantes para o desenvolvimento cultural, artístico e ambiental no município de Itajuípe.

Maria Ângela destacou-se, ainda, como poetisa, sendo protagonista de inúmeros concursos de poesias. Participou e foi premiada: no Concurso Literário Nacional Talentos da Maior Idade; I prêmio Ita de poesia; II Prêmio Ómnira de Poesia e Prosa; VII concurso de poesia de Ipiaú; Concurso Banco Real Talentos da Maturidade; XI Concurso Regional de Poesia Euclides Neto; I concurso literário Grandes escritores da Bahia; RJ VI

²⁹ A pesquisa do Mestrado Profissional em Educação (PPGE-UESC), intitulada: Trajetória profissional de uma professora afro-indígena e intelectual no sul da Bahia está em andamento.

concurso de poesia- Coaraci/Ba, I Prêmio Osvaldo Sá de Poesia/Maragogipe, o que lhe rendeu a publicação de seus textos em seis antologias literárias e quatro poéticas de grandes escritores da Bahia.

Até o momento foram encontradas no acervo, quatro delas: Antologia de poetas vivos (2000), com o poema Brasil 500 anos, Armário de escritores (2003), onde destaca-se o poema Bailado, Caminhos por onde andei (2003), que leva o mesmo nome do poema abordado no livro, e Palavras para o Coração (2005), com o poema nomeado de Conselhos Salutareis, que foram publicadas pela *Literis editora* do Rio de Janeiro.

Buscamos neste estudo apresentar alguns apontamentos a respeito da trajetória da professora, entendendo-a como uma intelectual, no sentido definido por Sirinelli, que destaca duas definições para o termo: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator” (SIRINELLI, 2003, p. 242). Deste modo, destacaremos a trajetória da professora como um sujeito social, imbricada em uma rede de sociabilidade que a permitiu construir resistências, lutas, e atuar, de acordo com suas possibilidades, no universo da cidade, pois no levantamento foram observados que há manifestações de racismo e sexismo vivenciados em seu contexto, quando a mesma aborda a desigualdade social evidenciada desde as vivências do magistério, o qual aponta as dificuldades para ingressar, devido a sua cor negra e a luta para conquistar seu espaço político, por ser mulher. Logo, interessa-nos seu papel público, enquanto uma personagem afroindígena, pois esta categoria aparece nos manuscritos preservados da professora, envolta nas teias e tramas educacionais no sul da Bahia.

Maria Ângela Ramos Bezerra, nasceu em 15 de Junho de 1933, no município de Canavieiras/BA. Descendente de indígenas Pataxós, sua trajetória de vida foi marcada por uma infância dolorosa, onde se destaca a “rejeição de um pai negro e sua invisibilidade³⁰”, que deixa notório o conservadorismo e vestígios de preconceito social

³⁰ Relato extraído do diário da professora, 2010.

da época. Em sua formação profissional, sofreu fortes influências histórico-sociais concernentes à raça e gênero, como apontado por Carneiro (2003), que evidencia a supervalorização do branqueamento e o desprezo com a mulher negra.

Pelo sul da Bahia, a personagem aqui evidenciada, circulou por diferentes municípios. Como vimos, nasceu em Canavieiras, em 1933. Na cidade de Ilhéus, concluiu o curso de magistério no *Instituto Nossa Senhora da Piedade*, em 1953, portanto, tornou-se professora aos vinte anos de idade, assumindo uma classe de 3º série do ensino primário nessa mesma instituição. Em 1954, atuou como substituta no povoado do Rio do Braço, na *Escola Maria Vitória*. Em 1955, foi aprovada em um concurso, sendo designada para Lage do Banco, distrito de Itacaré-Ba. Em Março de 1958, chega ao município de Pirangy, atualmente conhecido como Itajuípe, onde lecionou nas escolas *Maria Quitéria*, *Ginásio 7 de Setembro* e *Colégio Comercial de Itajuípe*, atuando como professora das disciplinas de História e Língua Portuguesa.

Em Fevereiro de 1962, tornou-se coordenadora do Ensino Religioso no município. Em 1963, assumiu a direção do Colégio Comercial, quatro anos após, formou-se no curso de Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Itabuna (FAFI). O levantamento não aponta indícios de registros de outras/os formandos afroindígenas na Faculdade de Filosofia de Itabuna, logo, corroboramos com a percepção de indícios do racismo estrutural, seja pela não visibilização destes sujeitos ou pela não presença dos mesmos nestes espaços.

No ano de 1969, foi transferida para um grupo escolar, nomeado por sugestão dela de *Grupo Escolar 2 de Julho*. Em 1971, foi contratada como diretora do *Colégio Polivalente de Itajuípe*, após ter frequentado o curso de PREMEM (Programa do Ensino Médico). Na época, tornou-se escola modelo na região, recebendo alunos não só de Itajuípe, mas de cidades circunvizinhas como Coaraci e Uruçuca, no Sul da Bahia. Em 1984 concluiu o curso de Administração Escolar pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi Secretária de Cultura, membro dos movimentos educacionais: *SOE: Serviço*

de Orientação Escolar -, diretora mediante sua atuação, curadora do acervo de Adonias Filho³¹, além de atuar como voluntária no Instituto Diógenes Vinhaes, atuando com atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais e de Organizações Associativas Ligadas à Cultura e a arte durante oito anos.

Toda a complexidade da atuação da professora corrobora com Antônio Nòvoa, quando diz que os professores e professoras, além de “agentes culturais, eles são também agentes políticos” (NÒVOA, 1991, p. 124). É importante reconhecê-la enquanto uma professora intelectual e afroindígena, ao modo que propomos enfatizar tal discussão, na busca pelo seu reconhecimento social, tendo em vista que sua participação política e literária no município de Itajuípe está vinculada à existência e consolidação de instituições de ensino, que de acordo com Cruz, Matos e Silva:

Foi a profissão docente com sucessivas adesões femininas, a partir do início do século XIX, que permitiu a demarcação e a ampliação de espaços de atuação para as mulheres no campo intelectual, favorecendo a participação na literatura e na imprensa (CRUZ MATOS; SILVA, 2018, p. 153).

Nessa perspectiva, ressaltamos a necessidade de refletir sobre a identidade, ou melhor, as identidades assumidas pela professora ao longo de sua trajetória. Qual representação ela “assumiu” ao longo de sua carreira docente? Como os espaços e instituições ocupadas por ela, com diferentes funções, permitiram que sua inserção se tornasse mais efetiva no espaço da cidade? Que rede de sociabilidade a professora moveu para se inserir enquanto uma mulher afro-indígena? Estes são alguns apontamentos que o desenrolar de sua trajetória nos permitirá perceber.

Segundo as sugestões do historiador E.P. Thompson (2001), consideramos que a professora atuou de acordo com suas possibilidades, realizando o que era possível diante de suas condições históricas. É preciso frisar, também, que não entendemos sua

³¹ Adonias Filho (1915-1990) foi escritor brasileiro. Nasceu em Itajuípe, Bahia e destacou o município como palco da região cacauzeira em algumas de suas obras literárias.

trajetória de forma teleológica, ao contrário, concebemos as ações dos indivíduos a partir dos processos vivenciados, que são resultado de uma elaboração complexa, diante de um campo de possibilidades postas em cada momento.

Por outro lado, adentrar a profissão docente a permitiu exercer uma relativa liberdade, autonomia, e a potencializou no sentido de expandir suas possibilidades de atuação e resistência, no que tange a reivindicação por direitos e sua permanência no campo educacional. Portanto, sua trajetória remete às reflexões de Guacira Louro, quando diz que: “reivindicar o reconhecimento como profissional também se constituía numa forma de mulheres professoras lutarem por salários iguais aos dos homens e por condições de trabalho adequadas” (LOURO, 2004, p. 473).

Compreendemos que a professora Maria Ângela atuou em diferentes espaços a partir de uma identidade profissional. Sua trajetória sinaliza que ela utilizou desse campo para angariar um papel de protagonista, sendo uma mulher afroindígena. Isso não é algo irrelevante, pois sabemos que na História da Educação, por muitos anos, evidenciou-se uma visão que silenciava os sujeitos não brancos.

Maria Ângela escreveu 70 poesias, as quais deram origem a obra *Momento Mágico*, publicada no ano de 2003, no município de Itajuípe-Ba. Escreveu contos, crônicas, os quais lhe renderam prêmios em diversos concursos. Disseminou o hábito da leitura por onde passava, deixando um importante legado político e educacional no município. “Para onde meu trabalho me levava, trilhei por vários caminhos (...), em cada lugar por onde passei deixei minhas pegadas. Algumas leves, outras mais visíveis” destaca Ângela na obra *Caminhos por onde andei* (2003).

Portanto, dar luz ao protagonismo de uma mulher afroindígena, que se destacou por sua atuação docente e intelectual, que propôs importantes reflexões em suas obras a respeito da profissão docente, constata a politicidade da educação, onde se faz presente a ação-reflexão-ação. A trajetória da professora Maria Ângela, nos permite, ainda, ampliar o debate sobre o protagonismo das mulheres negras, reforçar os estudos que

tratam esses sujeitos como pessoas que existiram e não habitam o campo do atípico, mas que por suas condições, raciais e de gênero, tiveram enfrentamentos outros, que ainda continuam necessários nos dias atuais devido ao racismo estrutural que cunhou o Brasil. Assim, corroboramos com Surya Barros (2020) quando a autora incorpora esta passagem³² em seu texto, inspirada em Conceição Evaristo, evidenciando que

a docência, enquanto uma autoria e um inscrever-se no mundo, “é convocada, diariamente, em face dos ataques à educação pública e à pesquisa, a resistir e a se insurgir, incomodar os da casa grande em seus sonos injustos: fazer a estrela no chão” (BARROS, 2020, p. 21, grifo da autora).

Neste sentido, destacamos que, em uma sociedade marcada por políticas educacionais e por uma formação docente predominantemente composta por professoras e professores brancos, docentes negras podem ser compreendidas como intelectuais, e mais que isso, suas trajetórias fortalecem a história da negritude feminina no Sul Baiano.

As lutas sócio-ambientais travadas pela intelectual em discussão, denotam fortemente traços de sua descendência, tendo em vista que a mesma cita em seu diário que preservar a natureza é algo que aprendeu desde cedo com sua vó, índia pataxó e que isso refletia no seu ativismo político e educacional.

Nesse sentido, como proposta educacional, a partir da trajetória da intelectual apresentada, sugerimos o uso do material literário e biográfico de Maria Ângela, com o intuito de inserir seu pensamento e ativismo na disciplina de História na Educação Básica das escolas municipais de Itajuípe-Ba. A proposta visa ampliar conhecimentos na perspectiva de uma mulher negra e indígena no contexto escolar, assim como, a valorização de uma intelectual afroindígena nordestina.

Indicação: Ensino Fundamental II

³² O trecho é uma referência ao texto “Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita” de autoria de Conceição Evaristo.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, S. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta antirracista. In: MUNANGA, K. (Ed.). **História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.
- BEZERRA, R. D., BARROS, P. S. Não brancos e periféricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.25, p.3-21, 2020.
- BARROS, S. A. P. História da educação da população negra: entre silenciamento e resistência. **Pensar a Educação em Revista**, v. 4, p. 3-29, 2018.
- CRUZ, M. S.; MATOS, É. L.; SILVA, E. H. “Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. CEMOrOc-Feusp/Universitat Autònoma de Barcelona, p. 151-166, set./ dez. 2018.
- FONSECA, M. V. **Concepções e práticas em relação aos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. IN. DEL PRIORE. Mary. **História das mulheres no Brasil**, 3. ed, São Paulo: Contexto, p.443-479, 2004.
- NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, 4, p. 109-139, 1991.
- SILVA, A. M. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 4, p. 145-166, jul-dez 2002.
- SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p 232-253, 2003.
- THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.). **E.P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.